



**UFRPE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ERICKA NERY DA SILVA**

**O BRINCAR E A INFÂNCIA: UMA ANÁLISE EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO RECIFE.**

**RECIFE  
2021**

**ERICKA NERY DA SILVA**

**O BRINCAR E A INFÂNCIA: UMA ANÁLISE EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO RECIFE**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciado (a) em Pedagogia, orientada pelo (a) Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bruna Tarcília Ferraz.

**RECIFE**

**2021**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ERICKA NERY DA SILVA**

**O BRINCAR E A INFÂNCIA: UMA ANÁLISE EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO RECIFE**

Data da Defesa: Horário: 22 de Fevereiro de 2021

Local: Sala \_\_\_\_\_ - UFRPE

Banca Examinadora:

---

Orientadora Dr<sup>a</sup> Bruna Tarcília Ferraz

---

Prof.<sup>a</sup>

---

Prof. <sup>a</sup>

Resultado: ( x ) Aprovada

( ) Reprovada

## FICHA CATALOGRÁFICA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, meu namorado, amigos e a minha Orientadora, Professora Doutora Bruna Tarcília Ferraz por toda a sua paciência e presteza ao me orientar desde o início. Agradeço também a todos aqueles que me ajudaram direta e indiretamente a concluir este trabalho e que estiveram junto comigo em momentos de tensão e desmotivação. Graças a Deus e a essas pessoas, recebi incentivos durante todos esses anos, e hoje consigo fechar este ciclo da minha vida e em busca de outro.

SILVA, Ericka Nery. **O brincar e a infância: Uma análise em uma escola de educação infantil no Recife**. 2021. P: 14-69. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – (UFRPE), Recife - PE, 2021.

## RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de analisar o brincar na educação infantil de educandos da Educação infantil de uma escola da Rede Municipal de Ensino do Recife. A partir desse contexto delimitamos nosso problema de pesquisa: Como se caracteriza o brincar em uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal de ensino da cidade do Recife-PE? A partir disso estabelecemos como objetivo geral: caracterizar o brincar na educação infantil. Nesse sentido, derivando desse objetivo geral estabelecemos como objetivos específicos: Identificar a concepção de infância que permeia o brincar na educação infantil; Identificar a concepção de brincar presente na proposta da rede municipal do Recife e nos depoimentos das professoras que atuam em diferentes etapas da educação infantil; Caracterizar os jogos, brincadeiras, espaços físicos e materiais utilizados pelas crianças no recreio da turma do grupo IV da Educação Infantil; Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório. Concomitantemente foi realizada uma pesquisa bibliográfica com autores renomados da área de educação, além da realização de entrevistas com uma gestora, duas professoras da educação infantil. Além disso, analisou-se o documento da rede municipal de ensino. Para fundamentar a discussão teórica trouxemos autores como Kishimoto (2010), Oliveira (2013), Kramer (1995), Vygotsky (1987), dentre outros. Conclui-se que as brincadeiras como práticas educativas têm função importante no modo de expressão infantil, por meio delas os pequenos aprendem várias coisas relevantes para o seu desenvolvimento. Foi possível constatar que embora as participantes entrevistadas compreendam a importância do brincar, verificou-se que essa prática ainda não ocupa o lugar privilegiado que deveria ocupar na escola.

**Palavras-chave:** Recreio. Jogos. Brincadeiras. Educação Infantil.

SILVA, Ericka Nery. **O brincar e a infância: Uma análise em uma escola de educação infantil no Recife**. 2021. P: 14-69. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – (UFRPE), Recife - PE, 2021.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the play in children's education of children's education educators from a school of the Municipal Network of Education of Recife. From this context we delimit our research problem: How is it characterized to play in a school of Child Education of the Municipal Teaching Network of the city of Recife-PE? From this we set as general objective: to characterize the play in child education. In this sense, deriving from this general objective we set as specific objectives: To identify the conception of childhood that permeates play in child education; Identify the concept of playing present in the proposal of the municipal network of Recife and in the testimonies of the teachers who act in different stages of child education; characterise the games, plays, physical spaces and materials used by children in the playground of group IV of Child Education; It was a qualitative and exploratory research. Concomitantly, a bibliographic survey was conducted with renowned authors from the field of education, as well as interviews with a female manager, two teachers and students from group IV of children's education. In addition, the document of the municipal education network was analysed. To substantiate the theoretical discussion we brought authors like Kishimoto (2010), Oliveira (2013), Kramer (1995), , Vygotsky (1987), among others. It is concluded that plays as educational practices have an important role in the way of childish expression, through which the little ones learn several things relevant to their development. . It was possible to verify that although the interviewed participants understand the importance of playing, it was found that this practice still does not occupy the privileged place that it should occupy at school.

**Key-words:** Recreation. Plays. Jokes. Childlike education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
PEPE	Planejamento Educacional Pesquisa e Extensão.
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
RMER	Política de Ensino da Educação Infantil no Recife

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	14
2.0 CAPÍTULO I: INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	
2.1. Educação Infantil.....	19
2.2. Documentos reguladores da Educação Infantil .....	22
2.3. Educação infantil e o professor .....	30
2.4 Ludicidade na Educação Infantil.....	36
2.5 O Brincar .....	38
2.6 Jogos, brincadeiras e brinquedos na educação infantil: O lúdico em questão. .	42
CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS .....	51
3.1. Natureza, Meios e Instrumentos de Pesquisa. ....	53
3.2 Universo pesquisado .....	55
3.3. Sujeitos pesquisados.....	56
3.4. Metodologia de análise .....	57
CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
CONCLUSÃO.....	73

## 1 INTRODUÇÃO

“As crianças não brincam de brincar. Brincam de verdade”.  
Mário Quintana

No presente trabalho, compreendemos que a brincadeira é peça fundamental para o desenvolvimento da criança nos anos iniciais. A pesquisa apresenta a problemática do brincar na educação da criança, trazendo elementos para pensarmos sobre jogos e brincadeiras vivenciadas em uma escola pública do Recife, em uma turma do grupo IV da Educação Infantil.

A infância é a idade das brincadeiras. Por meio delas a criança satisfaz, em grande parte, seus interesses e necessidades, sendo um meio privilegiado de inserção na realidade, pois expressa a maneira como a criança pensa, organiza, desorganiza, constrói e reconstrói o mundo. Ressaltamos o lúdico como um dos meios mais eficientes de atrair a criança nas atividades, pois brincar é algo essencial para a criança, é sua forma de pensar, imaginar, criar e recriar o mundo em que vive.

As brincadeiras constituem-se em uma excelente oportunidade de socialização e aprendizagem para as crianças na primeira etapa da educação básica. Essas atividades trazem enormes benefícios para aprendizagem e oferecem oportunidades para que os alunos exercitem habilidades essenciais para o seu crescimento. Diante disso, o trabalho visou contribuir para a construção do conhecimento científico na área da Educação Infantil, evidenciando concepções de infância e também do brincar na escola. É importante destacar que tais atividades proporcionam vários benefícios, tais como:

- a) Desenvolvimento social – através da interação entre as crianças e o ambiente escolar.
- b) Desenvolvimento emocional – o contato de uma criança com a outra estreita os laços afetivos.
- c) Desenvolvimento físico – se dá através de atividades psicomotoras.
- d) Desenvolvimento cognitivo – aproveita todos os outros já citados e reforça no aluno a capacidade de pensar, refletir e criar argumentos.

O tema escolhido surgiu não apenas para atender à demanda avaliativa na disciplina PEPE VIII (Planejamento Educacional Pesquisa e Extensão VIII), que

oportuniza a prática da pesquisa acadêmica fora do espaço da universidade. Mas também por estar relacionada a uma atividade profissional da pesquisadora na área da recreação. Essa atividade profissional despertou o interesse por conhecer mais sobre a temática, nos levando a realizar um estudo no curso de Pedagogia, que contribuísse tanto com uma formação acadêmica como também profissional. Assim, ao pesquisar sobre o brincar na educação infantil, foi possível melhorar, inclusive, a prática educacional.

Destaca-se também que o trabalho está embasado em um referencial teórico com nomes como: Vygotsky (1987), falando que as crianças ao brincar, aprendem integralmente desenvolvendo suas atividades motoras, cognitivas, afetivas e físicas, sendo de grande importância para o desenvolvimento da mesma, auxiliando também nas formas de expressão e relacionamento.

Com base nisso, além do referencial vygotskyano, foram realizadas interlocuções com autores que discutem as concepções de criança e infância (Ariès, Kishimoto, etc.), reflexões sobre a educação infantil por meio de Kramer (1995), principalmente sobre o direito de brincar; dentre outros autores que foram importantes para consolidar nossa discussão teórica acerca do lúdico, jogos, brinquedos e brincadeiras no contexto escolar infantil.

Kishimoto (2010, p.1) enfatiza as expressões das crianças e afirma:

Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver.

Já Barros; Silver e Stein (2009) defendem a ideia de que ao brincar as crianças buscam explorar os jogos de forma descontraída, aumentando a sua imaginação, criatividade, permitindo a organização dos seus próprios jogos, a criação das suas regras e a aprendizagem de habilidades para resolver problemas.

Nessa discussão, ressaltamos também a importância do debate acerca dos documentos institucionais, tanto nacionais como os municipais. São eles:

- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI);
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI);

- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

No âmbito local de nossa pesquisa, destacamos a “Política de ensino da rede municipal de ensino do Recife (RMER) – Educação Infantil” (Recife, 2015), com o objetivo de integrar a prática pedagógica com os direitos de aprendizagem, considerando os princípios da historicidade política na rede de ensino do Recife, baseados na solidariedade, liberdade, participação e justiça social.

Assim, discorreremos sobre a relevância dessa temática para que os profissionais das unidades educacionais infantis possam refletir sobre a necessidade do brincar no cotidiano escolar, a fim de contribuir para o avanço das práticas pedagógicas e posturas docente.

Tudo isso, provocou o interesse em ir a campo verificar como são efetivadas as vivências nas escolas da rede pública de ensino do Recife. Esse foi o ponto de partida para uma observação geral das crianças e em especial, com um grupo de crianças do grupo IV e também uma entrevista com a gestora da escola e duas professoras da educação infantil.

A escola escolhida para a pesquisa atendeu alguns critérios que achamos pertinentes para a construção e realização do trabalho. Diante disso, elencamos os seguintes critérios de escolha do campo de investigação:

- Instituição de educação formal da rede pública do Recife;
- Oferecimento de turmas da educação infantil;
- Possuir espaço físico adequado para atividades físicas e/ou brincadeiras;

- Tempo destinado para jogos e brincadeiras como parte integrante da programação diária de aulas.

A partir do que foi exposto, o presente trabalho buscou responder a seguinte problemática: Como se caracteriza o brincar em uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal do Recife?

Apresentado o problema de pesquisa, convencionou-se como objetivo geral: caracterizar o brincar na educação infantil. Como objetivos específicos, buscamos: Identificar a concepção de infância que permeia o brincar na educação infantil; Identificar a concepção de brincar presente na proposta da rede municipal do Recife e nos depoimentos das professoras que atuam em diferentes etapas da educação infantil; Caracterizar os jogos, brincadeiras, espaços físicos e materiais utilizados

pelas crianças no recreio da turma do grupo IV da Educação Infantil.

Considerou-se que este trabalho é relevante para a construção do conhecimento acadêmico, primeiro, por inserir o professor no ambiente escolar proporcionando uma visão da realidade docente, e também por tornar possível estudar e explicar sobre a importância do brincar para o processo de ensino e aprendizagem da criança.

Do ponto de vista teórico, é de suma relevância enfatizar o quanto é fundamental o papel do educador como mediador dos processos de aprendizagens, no desenvolvimento da criança em seus aspectos sociais, cognitivo, emocional e motor. E, além disso, a pesquisa teve o intuito de mostrar a importância dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil, tanto dentro da sala de aula, quanto fora, demonstrando como os alunos aprendem melhor com a presença de jogos e brincadeiras nesses espaços.

A partir de leituras que embasaram este trabalho, pode-se perceber que o brincar se torna um elemento essencial para o desenvolvimento humano e socialização da criança em seu processo educativo.

Nesse sentido, foi apresentada nesse trabalho uma discussão teórica, complementada com pesquisa empírica, ressaltando a importância de se reconhecer o brincar enquanto um direito da criança.

Para melhor compreender a forma como foi organizado este trabalho, ele encontra-se dividido em três capítulos.

No Capítulo I, abrimos espaço para uma discussão sobre “Infância e educação infantil”; um breve panorama histórico acerca da infância, suas instituições, a relação cuidar e educar. “O brincar nos documentos reguladores da educação infantil”; as propostas pedagógicas que abarcavam a brincadeira e os avanços legais que buscam nortear as ações dos professores na Educação Infantil. “Jogos, brincadeiras e brinquedos na educação infantil: O lúdico em questão”.

No capítulo II, “ Caminho metodológico”, com o intuito de apresentarmos a pesquisa, procuramos destacar todos os passos metodológicos realizados e os dados obtidos durante as observações. Relatamos um pouco do espaço escolar, percorremos a respeito dos jogos e brincadeiras no momento do recreio. Fizemos uma descrição de como foi feita a coleta de dados, como de entrevistas, observações e relatos narrados pela gestora e por duas professoras participantes da

pesquisa. Ou seja, apresentamos os instrumentos que foram utilizados, como também descrevemos os sujeitos da pesquisa. Dessa forma, falamos dos caminhos desde o início até chegar ao resultado final, os métodos escolhidos para a coleta de dados.

No capítulo III, análise e discussão dos resultados, expomos a interpretação dos dados e resultados obtidos e analisados. Descrevemos as brincadeiras propostas na Educação Infantil, valendo-nos das entrevistas, observações e relatos narrados pelas educadoras e a gestora participante da pesquisa, relatamos o cotidiano da escola, e os episódios dos jogos e brincadeiras observados nas crianças; entre outros aspectos que foram fundamentais para desenvolver a pesquisa.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais e as referências.

## **CAPÍTULO I: INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

### **2.1. EDUCAÇÃO INFANTIL**

Na Antiguidade, a infância era vista como uma fase com pouca importância, tendo às crianças a mesma vida social dos adultos. Como se sabe a concepção de infância tem se constituído um tema bastante discutido, sendo abordado, inicialmente, segundo (OLIVEIRA,2002) através das ideias de autores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, dentre outros que já difundiam um ensino centrado na criança.

Nesse sentido, para melhor compreender o processo histórico da construção da concepção de infância, faz-se necessário considerar as reflexões sobre as especificidades da infância, presentes em diversas obras pedagógicas. Em Ariès (1981), por exemplo, desenvolve-se uma análise acerca do desenvolvimento histórico do sentimento de infância na cultura europeia, contribuindo, significativamente, com o processo histórico de desenvolvimento de uma nova concepção didática para a infância.

Sabemos, a partir da leitura de textos como os de Ariès (1978), que o tempo da infância não foi sempre este que temos hoje. Durante a Idade Média, a duração da infância era reduzida, e a criança não passava pelas diversas etapas listadas nos manuais de desenvolvimento humano – quando mal adquiria alguma estrutura em seu corpo físico, já era misturada aos adultos, participando de seus trabalhos e jogos. Naquela época, a transmissão de valores e conhecimentos, ou seja, a socialização da criança não era assegurada nem controlada pela família, ao contrário, “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (ARIÈS, 1978, p. 10).

A partir do fim do século XVII, começou a haver uma grande mudança na concepção das famílias em relação à infância. A criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente a partir do contato com eles. A aprendizagem do mundo passou, então, a se dar através da educação ocorrida

dentro da instituição escolar.

Contudo, ainda segundo Ariés (1978), essa escola do século XVII aproximava-se mais dos manicômios e das prisões que do jardim de infância de Froebel; era o local onde as crianças passavam uma temporada “enclausurada”, numa “quarentena”, antes de poderem ser “soltas” no mundo adulto. Nas palavras de Ariés (1978, p.11), naquele período “começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres, das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização”.

Lembremos, no entanto, que apesar do século XVII ter sido um marco no que diz respeito à concepção de infância, a “descoberta” da infância começou antes, ainda no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI (Ariès, 1978).

No Brasil, contudo, as diversas iniciativas relacionadas ao atendimento à infância estão historicamente aliadas a uma concepção de infância que se circunscreve no âmbito da assistência social, destinando-se, portanto, às crianças pobres, segundo Kramer (1995). Daí a ideia de proteção e de implementação de programas compensatórios, destinados aos cuidados físicos, saúde e alimentação e não como campo potencializador de desenvolvimento e aprendizagem.

A educação infantil na atualidade é um direito conquistado pela sociedade civil e como prevê a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 deve ser garantida à criança obrigatoriamente a partir dos 4 anos de idade. A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 referentes ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência por dez anos, a contar da publicação desta lei, na forma do anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, prevê universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

Todavia, faz-se necessário ressaltar a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado, dada a ação político-organizativa dos movimentos organizados na sociedade, através de expressivos debates em contraposição à

prática ineficiente da educação e do cuidado da infância e em defesa da escola pública de qualidade para todas as crianças.

A Sociologia da infância, por sua vez, trouxe diversas contribuições à Educação Infantil, no que se referem às formas de organização e produção das crianças, pois os alunos são concebidos enquanto atores sociais. A criança, para Luz (2002), é:

[...] um ser que participa ativamente na construção de sua própria história e na produção de uma cultura e que tem necessidades e atividades que lhe são próprias e que lhe conferem uma identidade diferente das pessoas que estão em outras fases do ciclo de vida [...] (LUZ, 2002)

Entende-se então que a infância é um momento que a criança inicia sua construção de identidade.

Segundo Oliveira (2013):

[...]O termo “ Infância” (in-fans ) tem o sentido de “ não-fala”. Pode-se, com base nisso, perguntar: A que período de vida humana eles se referiria? Caso seja aos primeiros meses de vida, quando a criança ainda não adquiriu a língua de seu grupo cultural, é preciso lembrar que, desde o nascimento, já começam a ser construídos sistemas de comunicação entre o bebê e o seu entorno social por meio de choros, sorrisos, gestos, etc. Agora o que vale dizer que a tentativa de se comunicar, ou seja, de falar, é muito precoce. “ Infância” refere-se, então, aos primeiros anos de vida em que, mesmo quando a criança fala sua fala “ Não conta”? Responder a esses questionamentos impeliu-nos a rever a literatura em Pedagogia. [...] (OLIVEIRA, 2013,p.36)

A autora explica que a infância é um momento de riquezas que muitas vezes não são exploradas isso porque geralmente elas são tratadas como um ser passivo, silencioso e com lacunas a serem preenchidas.

Essa imagem social de criança também é tida como um ser frágil, todavia estudos psicológicos têm apontado riquezas de detalhes acerca do desenvolvimento cognitivo da criança, por exemplo, em relação ao pensamento e linguagem, trazendo para esse ser uma nova identidade. Seres curiosos, ativos, com necessidades e direitos que precisam circular em diferentes espaços tanto familiar como social. Isso, na verdade, se contrapõem ao ambiente escolar tradicional pautado pela padronização de condutas e ritmos que ultrapassam os parâmetros externos a criança. (OLIVERIA, 2013)

## 2.2. Documentos reguladores da Educação Infantil

Compreende-se que a Educação Infantil é o atendimento a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas. Trata-se de um direito público subjetivo assegurado pela Constituição Federal de 1988. A Educação Infantil deve se relacionar à economia, cultura, história, política, saúde e meio-ambiente, situando a educação e o cuidado da primeira infância como ponto estratégico para o desenvolvimento humano e social.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), como mencionado é o primeiro documento a destacar a Educação Infantil em creches e pré-escolas como um direito da criança. Em seu artigo 208, destaca a educação como direito de todos e dever do estado com a educação na garantia de atendimento em creche e pré-escola para as crianças de 0 a 6 anos de idade.

Nesse contexto, consideramos que a Educação Infantil é uma verdadeira "*ponte*" para a formação integral do cidadão. A ciência mostra que o período que vai da gestação até o sexto ano de vida, particularmente de 0 a 3 anos de idade, é o mais importante na preparação das bases das competências e habilidades no curso de toda a vida humana.

Podemos dizer que a década de 1990, foi marcada por avanços, primeiramente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, promulgado em 13 de Julho de 1990. Criado a partir de grande mobilização popular, estabelece direitos das crianças até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade. No inciso IV do artigo 54, este estatuto garante atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade.

No Brasil a ECA (1990) sinaliza para os direitos da criança, sempre entendendo que o brincar é ato indispensável para o desenvolvimento saudável do ser humano. Conforme o artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Concretizando de fato às conquistas da CF/88 e, houve, também, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); a promoção de pesquisas e encontros no campo da Educação a fim de discutir os direitos da criança e seu acesso a uma educação de base de qualidade.

Oliveira (2002, p 36), ao discutir os avanços e benefícios dos dispositivos legais que versam sobre a criança, salienta que:

A criança é sujeito de direitos e sua educação deve ser assegurada a partir do seu nascimento, cabendo ao Estado fazê-lo, em complementação à ação da família; a relação entre União, estados, Distrito Federal e municípios realiza-se a partir da instituição de um regime de colaboração mútua;

Então de acordo com Oliveira (2002) a criança mesmo sendo um ser inocente e dependente é um sujeito de direitos e sua educação é assegurada a partir do seu nascimento. Oliveira (2002, p. 36) acrescenta:

Os municípios têm a responsabilidade pela oferta da Educação Infantil; a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social; a habilitação exigida para se trabalhar com a criança de 0 a 6 anos é em nível superior, aceitando-se que seja, no mínimo, em nível médio; a formação continuada dos profissionais de educação deve ser assegurada pelos sistemas de ensino, em uma constante associação entre teoria e prática.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), promulgada no dia 20 de dezembro de 1996, tece como base a Constituição de 1988. Após sete anos de tramitação no Congresso, constitui a Educação Infantil, antes de vinculada à Secretaria da Assistência Social, como etapa da Educação Básica (art.21, inciso I) e estabelece sua finalidade- “ o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade” (Art.29º)- por meio da educação e do cuidado, agora direitos da criança.

Conseqüentemente, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta a movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças.

Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A Lei, afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função do cuidar. Essa inclusão constitui um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país.

Posteriormente a constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. A partir daí, a Educação Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social, passando então a integrar a Política Nacional de Educação. Ou seja, todas as famílias que optarem por partilhar com o Estado a educação e o cuidado de seus filhos, deverá ser contemplado com vagas em creches e pré-escolas públicas.

Com a aprovação da nova LDB, Lei nº. 9394/96, que estabeleceu que a educação infantil é a etapa inicial da educação básica, foi proposta a reorganização da educação brasileira, ampliando o conceito de educação básica, que passou a abranger a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Desse modo, aumentaram as responsabilidades das unidades escolares (incluindo creches e pré-escolas) e se determinou que os sistemas de ensino devem garantir graus progressivos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira a suas unidades escolares.

Segundo o artigo 62 da LDB: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. Assim, de acordo com as novas exigências para a formação de professores, pela LDB, (Redação dada pela lei nº13.415, de 2017).

Inicialmente é necessário compreendermos a definição do que é o termo Cuidar, Educar e Brincar. O Cuidar, conforme o RCNEI (1998, v. 01, p. 25) “[...] é, sobretudo dar atenção a ela (criança) como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades”. Assim, é necessário que o profissional esteja

atento e comprometido com os pequenos percebendo as necessidades dos mesmos, sendo solidário e respeitando as singularidades de cada criança.

O cuidar é parte essencial das instituições de caráter educativo para crianças pequenas. O RCNEI (1998, v. 01), corrobora que o cuidar envolve questões afetivas, biológicas, como alimentação e cuidados com a saúde e higiene da criança e que não há como ter educação se não há cuidado, ou seja, o cuidar é parte integrante da educação.

O Brincar é necessário ao ser humano. Por meio do lúdico o indivíduo pode desenvolver-se socialmente e culturalmente, construindo novos conhecimentos. Conforme o RCNEI (1998, v. 01), o Brincar é uma atividade necessária no cotidiano escolar que favorece a autoestima da criança, possibilitando que a mesma vivencie experiências, o que contribui para o seu desenvolvimento.

De acordo com o RCNEI, (1998, v. 02, p. 22) “Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia”. Portanto, o Brincar é fundamental na vida das crianças permitindo que as mesmas se expressem, vivenciem emoções, possibilitando a troca de conhecimentos, interiorizando o mundo que a cerca e contribuindo para formação de sua identidade.

Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso publicou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Esse material é mais uma contribuição para o professor de Educação Infantil. É um conjunto de reflexões, cujo objetivo é servir de subsídio para a construção das propostas curriculares, mas que não deve ser entendido como um manual a ser seguido. Este documento apresenta um conjunto de referências e orientações pedagógicas que objetivam contribuir com práticas educativas de qualidade e, assim, promover e ampliar a formação cidadã das crianças no país.

O RCNEI é composto de temas agrupados em três volumes. O primeiro traz reflexões sobre as creches e pré-escolas brasileiras, a infância e a profissionalização dos educadores. O segundo trata dos processos de construção da identidade e autonomia das crianças. O terceiro traz textos sobre os eixos e temas que podem ser trabalhados na Educação Infantil.

Justamente no primeiro volume que podemos destacar e o eixo “brincar” e, por preceder o lançamento de sua versão preliminar “ O Brincar”, destacado anteriormente, apresenta a mesma concepção desta atividade.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), coerente com as definições da LDB, reforça que as creches não devem ser simplesmente espaços de cuidados com a criança e que as pré-escolas não se limitem a preparar para a alfabetização. Ao contrário, cuidado e aprendizado devem estar integrados desde o início. E sugere que o trabalho seja articulado em três eixos: a brincadeira, o movimento e as relações afetivas que as crianças desenvolvem.

Neste documento, a brincadeira é vista como uma manifestação de linguagem infantil ligada àquilo que é o “não brincar”. Por ocorrer no plano da imaginação da criança, pressupõe-se que ela tenha o domínio da linguagem simbólica, ou seja, que a criança consiga diferenciar a brincadeira e a realidade que lhe forneceu conteúdo para as brincadeiras. Portanto, para brincar, as crianças apropriam-se de elementos da realidade circundante e atribuem novos significados por meio de sua imaginação.

Segundo o RCNEI (v.1,p.27) a brincadeira favorece:

“A autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil”.

Por meio desses três eixos, as propostas pedagógicas podem lidar com cinco áreas diferentes: Artes visuais, Conhecimento do mundo, Língua escrita e Oral, Matemática e Música. Há ainda, no referencial, proposta sobre o número adequado de crianças por educador, em cada faixa etária, além de sugestões sobre o relacionamento da escola com as famílias, integrando-as ao cotidiano e ao trabalho da instituição.

Nesta mesma perspectiva o documento Políticas de Ensino da rede municipal do Recife traz que

“o brincar faz parte da essência da criança, está presente em todas as dimensões do ser humano e, de modo especial, na infância, período em que se aprende brincando e se brinca aprendendo. É uma forma de linguagem utilizada para manifestar-se, descobrir o mundo e interagir com o seu semelhante”. ( p.38)

O Artigo 9º da Resolução CNE/CEB nº 05/09 (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 2013a) ressalta que as interações e as brincadeiras são eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil. É por meio delas

que as crianças aprendem e se desenvolvem de forma prazerosa. A ludicidade é intrínseca ao ser humano. O ato de brincar é a mais pura forma da criança e do adulto se expressar, revelar sentimentos e experimentar o mundo ao seu redor. Porém, vai muito além da diversão, porque brincadeira é coisa séria, envolve atitudes e ações planejadas ou livres que contribuem com o desenrolar de processos de significação diversos, a partir dos quais a criança desenvolve a compreensão sobre os distintos objetos sociais, em meio a aprendizagens afetivas, cognitivas e motoras.

Na Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em seu Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Já no Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, Parecer CEB/CNE nº 05/2009) busca estabelecer princípios que devem ser levados em conta no trabalho com crianças, ou seja, as DCNEI visam nortear o trabalho pedagógico nas instituições infantis, tomando como princípios educativos:

- I- Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II- Princípios Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III- Princípios estéticos: valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais... (DCNEI, 2009)

Neste sentido, a ludicidade apresenta-se como um dos princípios da

Educação Infantil e, acreditamos que este princípio perpassa todo o cotidiano e práticas pedagógicas com as crianças de zero a cinco anos.

Assim sendo, cabe ao docente se atualizar a respeito das novas tecnologias educacionais, propondo atividades inovadoras e desafiadoras para despertar o interesse das crianças, motivando a participação dos alunos, através de aprendizagens que façam sentido para eles. Os sistemas de ensino, segundo Zilma (2013), devem garantir:

[...] graus progressivos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira as suas unidades escolares. Deve ser estimulada a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade em conselhos da instituição educacional. [...]

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), contribuiu para as conquistas no âmbito das políticas públicas para as crianças, ampliando os seus direitos e, o direito à educação em instituições coletivas, desde o nascimento, como opção da família e dever do Estado. Assegura também, como direito dos (as) trabalhadores (as), a gratuidade nas creches e pré-escolas de seus filhos e filhas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL. Senado, 1990), regulamenta artigos constitucionais e explicita mecanismos de exigência legal dos direitos infantis. Considera as crianças brasileiras em sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento (BRASIL. Senado, 1990, Artigo 6º), às quais a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público devem garantir absoluta prioridade na efetivação de seus direitos (BRASIL. Senado, 1990, Artigo 4º). No referido documento, preconiza-se o atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos (BRASIL. Senado, Artigo 54, inciso IV):

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), reconhece a Educação Infantil como parte integrante do sistema educacional, primeira etapa da Educação Básica, que assume o papel específico de iniciar a formação necessária a que toda pessoa tem direito para o exercício da cidadania, em articulação com as demais etapas, e cuja finalidade é “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, Artigo 29).

Em 1998, surgem os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental, 1998). Esse documento orientador recebe fortes críticas por desconsiderar a criança em sua totalidade e condição infantil, pelo fato de propor atividades e conteúdos descontextualizados, além de não levar em conta os diferentes níveis de formação das (os) professoras (es), a dinâmica das unidades educacionais e suas propostas pedagógicas, a realidade social, econômica e cultural em que estão inseridas, e o movimento de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Em seguida, o Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 22/98 e Resolução CNE/CEB nº 01/99) (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 1998, 1999), subsídio organizador das práticas pedagógicas de natureza mandatória, tendo como fundamentos norteadores princípios éticos, políticos e estéticos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), ampliando as conquistas legais, estabelece objetivos e metas para a Educação Infantil, dentre elas a elaboração de parâmetros nacionais de qualidade dos serviços dessa etapa de ensino como referência para a supervisão, o controle e a avaliação na busca de novos rumos e instrumentos para a adoção de medidas de melhoria de qualidade e meta de ampliação do atendimento.

Segundo Kramer (2003), a luta delineada em defesa da Educação Infantil como direito, projeta-se para afirmar a igualdade de todas as crianças e o reconhecimento de suas diferenças. Para a autora, as políticas de infância são cruciais, porque a educação da criança é um direito social e humano. A autora ressalta que:

[...] em países periféricos como o Brasil, onde a maior parte da população foi expropriada dos bens básicos, a educação da criança pequena é direito social, porque significa uma das estratégias de ação (ao lado do direito à saúde e à assistência) no que representa uma contribuição, dentre outras, em contextos de violenta socialização urbana como os nossos, que se configura como essencial para que seja possível assegurar uma vida digna a todas as crianças (KRAMER, 2003, p. 55-56).

### 2.3. Educação infantil e o professor

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI – Resolução CNE/CEB nº 05/2009) que instituem as diretrizes para a organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil, em seu artigo 4º definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Assim, os professores precisam estar aptos a conhecerem e trabalharem a dimensão cultural e as práticas da vida da criança, como mencionado, as crianças são sujeitos históricos, ou seja, produzem cultura e necessitam de um profissional que possa ajudá-las na construção de suas identidades pessoais.

A Educação Infantil é a base inicial do processo educativo. Neste sentido, devemos promover um ambiente que possa proporcionar o desenvolvimento da infância em sua total plenitude. De acordo com que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394 de dezembro de 1996 em seu artigo 29:

[...] A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Deste modo, a toda criança é assegurada um conjunto de direitos essenciais, que visa garantir seu bem-estar, liberdade, estudo e convívio social. Portanto, o interesse da criança em aprender deve ser incentivado, garantido e direcionado por aqueles que têm a responsabilidade de educá-los.

Ao docente cabe se atualizar a respeito das novas tecnologias educacionais, propondo atividades inovadoras e desafiadoras para despertar o interesse das crianças, motivando a participação dos alunos, através de aprendizagens que façam sentido para eles.

[...] o profissional de educação infantil, a necessidade de oferecer condições que viabilizem as interações lúdicas tem como suporte o reconhecimento do especial valor destas interações para as crianças, [...] o espaço lúdico deve ser preservado porque, para levar a cabo

sua tarefa, o profissional de educação infantil precisa de dados que dêem suporte à sua ação pedagógica. (MACHADO, 2010, p. 46)

O professor tem a função de proporcionar condições que favoreçam ao aluno que este consiga formar o seu próprio conceito e compreender o processo de construção deste conceito, para isso, devem ser considerados desafios que estimulem o seu raciocínio. Os professores têm uma função especial de educar e cuidar da criança.

Por isso é indispensável que o profissional da educação infantil esteja de fato envolvido com o educando para proporcionar benefícios do ato de cuidar e educar permitindo ao aluno, em sala de aula e em outros espaços educativos, o contato direto com a ludicidade a partir das diversas brincadeiras, o que possibilita a construção de um novo repertório de aprendizagens.

O professor, portanto, tem a função de proporcionar condições que favoreçam ao aluno que este consiga formar o seu próprio conceito e compreender o processo de construção deste conceito. Para isso, devem ser considerados desafios que estimulem o seu raciocínio.

Diante disso, percebemos o importante papel das Unidades de Educação Infantil na vida da criança, além de compreendermos que os professores têm uma função especial de educar e cuidar da criança. Por isso é indispensável que o profissional da educação infantil esteja de fato envolvido com os educandos para proporcionar benefícios do ato de cuidar e educar permitindo ao aluno, em sala de aula e em outros espaços educativos, o contato direto com o brincar a partir das diversas brincadeiras, o que possibilita a construção de um novo repertório de aprendizagens.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1988, p. 23): Na instituição de educação infantil, podem-se oferecer as crianças condição para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Os RCNEI (1988) afirmam que o espaço da brincadeira pode ajudar os educadores a observarem as experiências prévias das crianças, pois essa prática provoca momentos de tentativas de novas descobertas e criatividade destas

crianças. Porém é necessário analisar que para o brincar possibilita à criança o desenvolvimento através dessas experiências realizadas por elas. É de fundamental importância a mediação e uma boa prática educativa planejada do professor.

Podemos assim dizer que as aprendizagens que ocorrem durante o desenvolvimento da criança são construídas em situações de interações, sendo de essencial importância a mediação e interação com um adulto, neste caso específico o professor. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima. (RCNEI, 1998, v.1, p. 31)

A partir desse estudo abordado pelos RCNEI percebemos o importante papel dos professores na instituição da educação infantil, em que deve compreender claramente sobre a importância do brincar na escola e também sobre as suas modalidades de brincadeiras, em que terá momento apenas de mediar pela observação e outros em que proporcionará materiais que contribuem para o brincar, e a partir disso, possam mediar conhecimentos, pois a partir da brincadeira podem ser trabalhadas regras, a habilidade motora, a linguagem e a inserção de informações atuais do mundo em que a criança participa e se desenvolve.

Assim ao tomar conhecimento da importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança, o professor deverá começar a realizar adaptações quanto à organização da sala de aula, a sua prática de ensino, métodos de mediação das brincadeiras, além de outras ações necessárias para proporcionar descobertas, aprendizagens e a partir disso possibilitar às crianças desenvolverem e ampliarem novas capacidades. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (RCNEI, 1998, p.24).

Os RCNEI destacam a importância do cuidar no espaço escolar, que aborda a necessidade do comprometimento de quem cuida que neste caso é o professor, e assim afirmam: “Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas

capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado”. (RCNEI, 1998, v.1, p. 25).

É essencial a mediação dos professores durante todas as atividades escolares, e isso não poderia ser diferente no ato de brincar, porém é necessário que os educadores percebam a diferença entre mediar o brincar com liberdade e objetivo, e o brincar com liberdade e sem objetivo, apenas como um passatempo. O professor não deve desenvolver uma atividade lúdica como um passatempo, sem nenhum objetivo didático porque causa desinteresse nos educandos tornando-os desestimulados em praticá-la, e principalmente, não propicia à criança um desenvolvimento integral.

Desta forma temos que procurar refletir e assim nos livrar de uma concepção muito arraigada nos professores de que o brincar no contexto escola, é somente para deixar o ambiente agradável, ou como um passatempo para a rotina escolar do educando da educação infantil. O professor deve entender que o brincar é mais do que isso, uma vez que pode contribuir para o desenvolvimento integral da criança, porque através das brincadeiras o aluno constrói um novo repertório de informações, além de proporcioná-los a uma interação prática com o meio social no qual está inserido. Assim, o brincar no contexto escolar deve ser encarado como uma realidade educacional.

Os RCNEI (1988) abordam que o brincar desenvolve integralmente a criança, porque essa prática proporciona a ela momentos de prazer envolvendo-se e sentindo motivada em realizá-la e assim favorecendo o desenvolvimento cognitivo, visto que é por meio do brincar que as crianças se esforçam para resolver obstáculos tanto cognitivos quanto emocionais, explorando a partir das brincadeiras a sua espontaneidade criativa, e com isso elas começam a dar significado ao meio social, em que se encontram inserido. Porém, para que o brincar seja uma prática educativa, desenvolvida na educação infantil, é necessário que os professores tenham a clareza do seu importante papel de mediador nessa atividade.

Assim ao tomar conhecimento da importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança, o professor poderá começar a realizar adaptações quanto à organização da sala de aula, a sua prática de ensino, métodos de mediação das brincadeiras, além de outras ações necessárias para proporcionar descobertas, aprendizagens e a partir disso possibilitar às crianças desenvolverem e

ampliarem novas capacidades. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (RCNEI, 1998, p.24).

Podemos concluir que o brincar é necessário no ambiente de educação infantil por fazer parte das necessidades das crianças incluindo o seu próprio desenvolvimento. Enquanto seres pensantes que estão em profundo crescimento, através das brincadeiras elas sentem o prazer e a liberdade de aprender desenvolvendo experiências que jamais poderiam praticá-las de outra maneira, o que faz fortalecer a sua importância e inserção no ambiente de instituições infantis.

O RCNEI (BRASIL, 1998) destaca, ainda, a figura do professor na instituição de Educação Infantil, como aquele que estrutura o campo das brincadeiras na vida para as crianças oferecendo objetos, fantasias, brinquedos ou jogos. É ele que delimita e arranja os espaços e o tempo para brincar. É ainda função do professor, organizar situações, pelas quais as brincadeiras constituam-se em um campo para que as crianças possam escolher o tema, os papéis, os objetos e os companheiros espontaneamente para brincar.

Por fim, o documento ressalta que, durante a brincadeira, o professor pode observar os avanços de desenvolvimento das crianças em conjunto, individualmente, sua linguagem, seus recursos afetivos e emocionais. Para isso, o professor precisa ter consciência de que no momento da brincadeira as crianças recriam e estabilizam o seu conhecimento de mundo de forma espontânea e imaginativa.

Contudo, o educador não pode confundir as situações em que se objetiva determinados aprendizados relativos a conceitos explícitos com aquelas em que os conhecimentos são experimentados pelas crianças de maneira espontânea e sem objetivos. Conforme este documento é aceitável como atividade didática a utilização dos jogos, especialmente os jogos com regras.

O processo de Formação Continuada fortalece a Educação Infantil na RMER como primeira etapa da Educação Básica e define os pilares conceituais e metodológicos do trabalho desenvolvido nas creches e pré-escolas.

A Secretaria de Educação do Recife assume como uma das principais ações:

[...] a integração das creches municipais à Diretoria Geral de Ensino (DGE), antes vinculadas à Diretoria Geral de Programas Especiais (DGPE), como modalidade de Educação Básica, organizada na rede municipal em dois ciclos: o primeiro, para crianças de 0 a 3 anos e, o segundo, de 4 a 6 anos. Na perspectiva da universalização do atendimento educacional às crianças de 6 anos, a Secretaria de Educação assegura a matrícula dessas crianças no 1º ano do 1º ciclo do Ensino Fundamental, respaldada pelo que dispõe a LDBEN/96 – Lei nº 9394/96 (RECIFE, 2004, p. 30).

As interações dos (as) educadores (as) com as crianças e com suas famílias configuram um movimento permanente em que diferentes culturas, ideias e concepções se entrelaçam e, muitas vezes, precisam ser negociadas, visando sempre ao desenvolvimento integral da criança atendida.

O educar não é de responsabilidade apenas do (a) educador (a), é função de todos (unidade educacional e família) que fazem parte do processo de desenvolvimento e formação da criança.

Na Educação Infantil, a prática educativa é permeada pelo entendimento do contexto da criança nos aspectos sociais, afetivos, emocionais e cognitivos. Como orienta o Parecer CNE/CEB nº 20/09, que trata das DCNEI, "as práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências, na sua compreensão de mundo feita pela totalidade dos seus sentidos" (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 2013b, p. 88). O (a) educador (a) desempenha papel fundamental na promoção de momentos nos quais o(a) estudante inicia a compreensão de valores, espaços, etc., e sinta-se livre para expressar suas ideias e seus sentimentos. Um ambiente estimulador que leve em consideração sua história e meio social, no qual vive, contribui nessa direção.

Na Educação Infantil, o (a) educador (a) depara-se com situações que abrangem tanto os saberes específicos das diversas áreas do conhecimento quanto os cuidados básicos essenciais. A sensibilidade, para discernir as especificidades do grupo com o qual trabalha, identificando suas necessidades, sejam elas sociais ou biológicas, auxilia bastante o trabalho desse profissional.

Luckesi (2006) define a ludicidade como experiência plena que integra o sentir, o pensar e o agir ao prazer e à satisfação. Sendo assim, é recomendável que os (as) educadores (as) tenham conhecimento dos saberes que a criança construiu

na interação com o ambiente familiar e sociocultural, para então formular sua proposta pedagógica.

## 2.4 Ludicidade na Educação Infantil

Segundo Santos a ludicidade é:

[...] uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento [...] (SANTOS 2002).

Oliveira (2013) propõe que as escolas e pré-escolas busquem elementos do desenvolvimento humano tais como: cultura, linguagem, cognição, afetividade como elementos constituintes do desenvolvimento humano, voltados para a construção da imaginação e da lógica, considerando que estas, assim como a sociedade, a afetividade e a criatividade, têm raízes e gêneses.

As conclusões dos estudos de psicologia do desenvolvimento acerca da inteligência, da linguagem e do conhecimento pelas crianças como idades precoces têm sido assimiladas por creches e escolas.

A autora traz também que muitas dessas creches e pré-escolas estão preocupadas com a construção de uma proposta pedagógica progressista, orientada primordialmente para o desenvolvimento cognitivo. Mas ignoram a função do afeto nesse processo por ser muito restrito. Além disso, o desenvolvimento do raciocínio lógico e a construção de conceitos científicos são, muitas vezes, eleitos como metas do trabalho pedagógico com os pequenos, antecipando características do ensino fundamental tradicionalmente organizado (OLIVEIRA, 2013).

Ainda de acordo com a autora a instituição de educação infantil pode atuar como agente de transmissão de conhecimentos elaborados pelo conjunto das relações sociais presentes em determinado momento histórico. Porém, isso deve ser feito na vivência cotidiana com parceiros significativos, trazendo assim a criança novas maneiras de “ler” o mundo e a si mesma através dos modos de expressar os sentimentos em situações particulares, de recordar, de interpretar uma história, de

compreender um fenômeno da natureza.

A autora exemplifica trazendo que a criança aprende a diferenciar um avião de um helicóptero, a ligar e desligar o rádio e a televisão, a ter interesse por música, livros de história, consertos de automóveis, porque esses são os elementos que fazem sentido para eles ou seja, elementos aqueles que com ela convive e que, pelo uso que fazem desses objetos culturais cotidianamente, que lhe apontam esses sentidos, em relação que é chamada de ensino, ou seja, de apontar signos.

Tais aprendizagens promovem ao mesmo tempo o desenvolvimento das funções psicológicas das crianças. Cunha (2010) expõe que o lúdico é importante até mesmo dentro “[...] no processo de alfabetização porque através deles são desenvolvidas habilidades operatórias que envolvem comparação, identificação, análise, síntese e generalização e o processo de aprendizagem torna-se significativo”.

Quanto à ludicidade, destaca-se o papel fundamental das brincadeiras como principal modo de ação das crianças. Estas não fazem distinção entre brincar e fazer coisas sérias, distinção comum entre os adultos. A brincadeira é um dos meios de realizar e agir no mundo, não unicamente para as crianças se prepararem para ele, mas usando-o como um recurso comunicativo, para participarem da vida cotidiana pelas versões da realidade que são feitas na interação social, dando significado às ações. Nesse processo, brincar é parte integrante da vida social e é um processo interpretativo com uma textura complexa, onde fazer realidade requer negociações do significado, conduzido pelo corpo e pela linguagem (LUZ, 2002).

Corsaro (2009, p. 31) propõe a noção de “reprodução interpretativa”. Explica que

O termo interpretativo captura os aspectos inovadores da participação das crianças na sociedade, indicando o fato de que as crianças criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças. O termo reprodução significa que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e a mudança cultural. Significa também que as crianças são circunscritas pela reprodução cultural. Isto é, crianças e suas infâncias são afetadas pelas sociedades e culturas das quais são membros.

O processo de desenvolvimento de cada indivíduo não pode ser ensinado nem estabelecido por outras pessoas. No ambiente educacional, a aprendizagem é significativa, quando tem sentido e se encaixa nas formas de pensamento da

criança. De acordo com o CNE/CEB nº 20/09 (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 2013b, p. 93), as DCNEI preconizam que:

As experiências promotoras de aprendizagem e conseqüente desenvolvimento das crianças devem ser propiciados em uma frequência regular e serem, ao mesmo tempo, imprevistas, abertas a surpresas e novas descobertas.

Trabalhar a partir de uma perspectiva de valorização da ludicidade no cotidiano educacional é reconhecer a importância dos processos criativos no desenvolvimento humano. A ludicidade inclui qualquer atividade que proporciona prazer ao ser executada. Por meio dela, a criança aprende a conviver, a ganhar e a perder, a esperar sua vez, a lidar com as frustrações, a conhecer e explorar o mundo. O lúdico é um instrumento de desenvolvimento, um meio de expressão espontânea da criança. É utilizado como recurso pedagógico facilitador do desenvolvimento humano e mediador do processo de aprendizagem.

## **2.5 O Brincar**

O Brincar é necessário ao ser humano, pois por meio do lúdico o indivíduo pode desenvolver-se socialmente e culturalmente, construindo novos conhecimentos, conforme o RCNEI (1998), sendo então o Brincar uma atividade importante no cotidiano escolar, por favorecer a autoestima da criança, possibilitando que a mesma vivencie experiências, o que contribui para o seu desenvolvimento.

[...], através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, ainda propiciando à criança o desenvolvimento de áreas da personalidade como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. (FANTACHOLI, 2011).

Reforçando a afirmação do autor, através da brincadeira, tendo um orientador para intermediar de forma coerente, sem tirar com isso, o significado da ludicidade, o momento de prazer em que à criança brinca pelo simples ato de brincar, ela estará trabalhando seu corpo, alma e mente se desenvolvendo integralmente.

Cunha (2010) afirma que o “Brincar é uma atividade muito mais séria do que pode parecer.” De acordo com os RCNEI (1998) “Brincar é uma das atividades

fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia”, portanto, o Brincar é fundamental na vida das crianças permitindo que as mesmas se expressem, vivencie emoções, possibilitando a troca de conhecimentos, interiorizando o mundo que a cerca e contribuindo para formação de sua identidade.

Segundo Velasco (1996):

[...] brincando a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais ou intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de estimular, e até mesmo de desenvolver as capacidades inatas podendo vir a ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca à vontade tem maiores possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente e afetuoso [...] (VELASCO, 1996)

Vigotsky (1998) diz que “a criança reorganiza suas experiências. Assim, oferecer oportunidades para a criança brincar é criar espaço para a reconstrução do conhecimento”. Fantacholi (2011) colabora explicando que:

[...] Na educação de modo geral, e principalmente na Educação Infantil o brincar é um potente veículo de aprendizagem experiencial, visto que permite, através do lúdico, vivenciar a aprendizagem como processo social. A proposta do lúdico é promover uma alfabetização significativa na prática educacional, é incorporar o conhecimento através das características do conhecimento do mundo. O lúdico promove o rendimento escolar além do conhecimento, oralidade, pensamento e o sentido. [...] (FANTACHOLI, 2011).

O brincar é uma atividade lúdica que pode e deve ser desenvolvida na escola, já que permite a criança desenvolver-se em diversos aspectos como: cognitivo, social, físico, motor, além de representar momentos vivenciados anteriormente a partir da brincadeira. O brincar é uma experiência diferenciada das outras, por utilizarem recursos, material diversificados, além de propiciar as crianças o momento de vasto conhecimento e por possibilitar categorias de experiências agrupadas por modalidades de brincadeiras.

Além disso, o brincar também se apresenta por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como

papéis, situações valores e atitudes que se referem à forma como universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar.

Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras, brincar com materiais de construções e brincar com regras (RCENEI, 1998, v. 1 p.28).

Ainda segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação infantil, o brincar é uma atividade muito significativa para o desenvolvimento da criança, devido ao desenvolvimento de experiências de brincadeiras com modalidades diferentes em que cada uma possui uma função importante para as novas aprendizagens e descobertas infantis.

Como o brincar de construções, de regras e o de faz- de- conta, esta última é uma brincadeira que usa muito a imaginação da criança, permitindo reviver momentos já vividos, imitar adultos, criar histórias, possibilitando o desenvolvimento da autonomia na realização e criação da brincadeira.

Salientamos, ainda, que à medida que a criança brinca ela evolui, cresce e adquire autonomia. Para reafirmar tal pensamento, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil diz que:

[...] Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. [...] Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, vol. 2, p. 22).

Além de ser um momento privilegiado de interação entre as próprias crianças da mesma idade, e de faixa etária aproximada, sendo de importância na educação infantil garantir um espaço para a realização dessa atividade.

De acordo com os RCNEI (1988) nas brincadeiras as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Ao brincar ela assume um determinado papel numa brincadeira, e isso provém da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, sendo de grande enriquecimento para a sua aprendizagem na medida em que pensa, cria e desenvolve novas experiências a

partir de outras já vividas.

Assim, para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, como em especial o ato de brincar, pois essa prática é muito significativa para o imaginário da criança, em que ela se sente instigada na sua realização, e a partir da brincadeira desenvolve a sua criatividade e autonomia.

O brincar faz parte da essência da criança, está presente em todas as dimensões do ser humano e, de modo especial, na infância, período em que se aprende brincando e se brinca aprendendo. É uma forma de linguagem utilizada para manifestar-se, descobrir o mundo e interagir com o seu semelhante.

O Artigo 9º da Resolução CNE/CEB nº 05/09 (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 2013a) ressalta que as interações e as brincadeiras são eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil. É por meio delas que as crianças aprendem e se desenvolvem de forma prazerosa. A ludicidade é intrínseca ao ser humano. O ato de brincar é a mais pura forma da criança e do adulto se expressar, revelar sentimentos e experimentar o mundo ao seu redor.

O brinquedo é um produto que está inserido em um sistema social e tem funções que lhe conferem a razão de ser.

[...] é um objeto portador de significados rapidamente identificáveis, ele remete a elementos legíveis do real, do imaginário das crianças. Neste sentido, o brinquedo é dotado de um forte valor cultural, se definimos a cultura como o conjunto de significações produzidas pelo homem (BROUGÉRE, 2006, p. 8).

Winnicott (1975, p. 63), psicanalista inglês, estudioso do desenvolvimento infantil, considera que:

O ato de brincar é mais que a simples satisfação de desejos. O brincar é o fazer em si, um fazer que requer tempo e espaço próprios; um fazer que se constitui de experiências culturais, que é universal e próprio da saúde, porque facilita o crescimento, conduz aos relacionamentos grupais, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo (a criança) e com os outros.

Segundo Vygotsky (1994), os brinquedos podem ser classificados em tipos diferentes:

a) dramáticos: bonecos (bebê, adultos, velhos), famílias (pano e plástico),

copos, pratos, panelinhas, sucatas, caminhões, carrinhos, aviões, motos, animais (selvagens e domésticos);

b) regressivos: massa de modelar, tintas, baldes, água, areia ou barro;

c) construtivos: jogos, formas e blocos, encaixes, papel, canetas, lápis, canetinhas, lápis de cor, pincéis e tintas, tesoura, barbante, cola, palitos, tampinhas, plásticos e panos;

d) agressivos: revólver, espada, bola (pequena, média, grande) arco e flecha e;

e) optativos: jogos, fio e agulha, vela e fósforo.

A criança é estimulada a desenvolver a criatividade, o raciocínio lógico e diversos aspectos psicomotores, como as percepções visual, auditiva e tátil, as coordenações motora fina e ampla, a comunicação e as expressões oral e em outras linguagens, o conhecimento do corpo e as noções de tempo, espaço e lateralidade.

## **2.6. Jogos, brincadeiras e brinquedos na educação infantil: o lúdico em questão.**

Com o surgimento de diversas pesquisas que traziam o brincar como objeto de estudo, percebeu-se que dentro do universo infantil, o brincar tinha um formato não apenas de divertimento ou entretenimento, mas, se concretizava como um suporte para o desenvolvimento da criança e seus aspectos emocionais, cognitivos, motor e socioafetivo (por exemplo, Bougère, 1995 & Kishimoto, 1998).

Nessas pesquisas percebeu-se que as crianças não “encaram” o brincar como uma atividade distante da “vida séria” (numa perspectiva de fuga da realidade), mas as brincadeiras possuem características similares às questões do “mundo real”; ou seja, as crianças importam para a brincadeira situações e características de vida real (Kishimoto, 1998).

Para tanto, Kishimoto (2011) ressalta que:

[...] O uso do brinquedo / jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo,

adquiri noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la (p. 40).

Estas características são bastante visíveis nas falas produzidas pelas crianças nos momentos de brincadeiras com outras crianças, e até mesmo durante as brincadeiras "solitárias", onde a fala egocêntrica defendida por Piaget (1970) é predominantemente recheada de regras e discursos da vida real do indivíduo, principalmente nas brincadeiras de faz-de-conta. Tendo isso posto, entende-se que brincar é uma ação complexa, e não uma ação simples e sem contexto. Para entender melhor ilustrar isto, é necessário compreender as definições de jogo, brincadeira e brinquedo.

Friedmann (2012) traz uma das definições do assunto em questão: brincar, jogo, brincadeira e brinquedo. Segundo a definição da autora compreende-se o brincar enquanto ação lúdica, com ou sem o uso de materiais, pois se brinca também, com o corpo, através da música, da arte, das palavras etc. O jogo por sua vez é o nome dado tanto a uma atitude quanto a uma atividade estruturada com regras, a brincadeira pode ser referida à ação de brincar que pode ser espontânea, resultante de uma atividade não estruturada, enquanto o brinquedo é definido como objeto de brincar e que dá suporte à ação de brincar.

O jogo e a brincadeira são atividades que predominam na infância. O fato chamou a atenção de Vygotsky (1998), que, com seus trabalhos, preocupou-se em demonstrar as relações destes com o desenvolvimento da criança. Quando Vygotsky discutiu o brinquedo, referiu-se principalmente à brincadeira de faz de conta. Mesmo fazendo referência a outros tipos de brinquedos, era a brincadeira de faz de conta a privilegiada em suas discussões a respeito da importância do brinquedo no desenvolvimento. Afastamo-nos de Vygotsky somente quando utiliza o termo brinquedo para designar o jogo de faz de conta, pois entendemos como brinquedo o objeto de brincar.

Vygotsky (1998) condena as teorias que o definem, pura e simplesmente, como atividade que dá prazer à criança, da mesma forma que critica também as que ignoram o fato de que o brinquedo preenche necessidades da criança. Por isso, ele afirma que, "se não entendermos o caráter especial dessas necessidades, não podemos entender a singularidade do brinquedo como uma forma de atividade".

Piaget (1978) também considera importante a brincadeira da criança. No entanto, para ele, o jogo simbólico não tem finalidade adaptativa, não provoca um aprimoramento dos esquemas mentais. Embora considere importante para a constituição de símbolos que servem para representar objetos ou acontecimentos, ampliando o campo de ação da inteligência, seu desenvolvimento está sempre subordinado ao desenvolvimento da própria inteligência.

Já para Vygotsky (1998), a brincadeira tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio pensamento da criança. É por meio desta que a criança aprende a operar com o significado das coisas e dá um passo importante em direção ao pensamento conceitual, que se baseia nos significados das coisas e não nos objetos.

De acordo com Kishimoto (1995), o jogo pode ser visto como: 1 – o resultado de um sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social; 2 – um sistema de regras; 3 – um objeto.

A utilização de jogos didáticos para o ensino é importante para a construção de diversas habilidades cognitivas, psicológicas e emocionais, visto que incentiva que os sujeitos exercitem a concentração, a memória, a agilidade, bem como, desenvolvam o respeito pelas regras, pelos outros participantes, ao mesmo tempo em que desfrutam de um momento de prazer e relaxamento, ao divertir-se com a interação e desafio proporcionados pelo jogo.

Tais elementos cujos conteúdos são trabalhados nos jogos e brincadeiras são relevantes para o desenvolvimento do raciocínio da criança. Por este motivo, torna-se necessário que a escola propicie condições adequadas aos alunos desde os anos iniciais, que permitam que estes consigam interagir entre si, de forma lúdica e atrativa para o universo infantil.

Assim como os jogos, a brincadeira é cada vez mais entendida como uma “atividade que, além de promover o desenvolvimento global das crianças, incentiva a interação entre os pares, a resolução construtiva de conflitos, a formação de um cidadão crítico e reflexivo (VYGOTSKY, 1987)”. A função das brincadeiras no universo infantil é ampla e atinge diversos âmbitos, possibilitando o seu desenvolvimento cognitivo e favorecendo a criatividade da criança. Brincar não é apenas passar o tempo, mas uma forma agradável de socialização da criança, e algo que proporciona imenso bem-estar. De acordo com Kishimoto (2002),

[...] A brincadeira é uma atividade que a criança começa desde seu nascimento no âmbito familiar” e continua com seus pares. Inicialmente, ela não tem objetivo educativo ou de aprendizagem pré-definido. A maioria dos autores afirma que ela é desenvolvida pela criança para seu prazer e recreação, mas também permite a ela interagir com pais, adultos e coetâneos, bem como explorar o meio ambiente. [...] (KISHIMOTO,19 (Kishimoto, 2002, p. 139)

Assim, a utilização de jogos e brincadeiras, na Educação Infantil, é de grande importância, pois se tratam de elementos cujos conteúdos trabalhados, são relevantes para o desenvolvimento do raciocínio da criança.

O RCNEI (1998) sinaliza que:

[...] As brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica. É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Conseqüentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. [...] (BRASIL, 1998, p.28).

Por este motivo, torna-se necessário que a escola propicie condições adequadas aos alunos desde os anos iniciais, que os permitam a interagir entre si, de forma lúdica e atrativa para o universo infantil. Para Schettini Filho (2010).

[...] na atualidade, a educação precisa ter um olhar voltado para os novos modelos de ensino e aprendizagem, que são baseados nas características particulares das potencialidades e conhecimentos individuais dos alunos. Buscando se distanciar do modelo tradicional e positivista da educação, onde o professor “é o único agente de propagação da informação, e que a ciência se torna a única responsável por dar sentido à vida dos indivíduos (SCHETTINI FILHO, 2010,p.103) [...].

Após a análise das características do jogo, brinquedo e brincadeira e nas diversas formas de identificá-lo e interpretá-lo, avançamos na discussão, considerando-o enquanto possibilidade de ser mediador de aprendizagens e propulsor de desenvolvimento no ensino formal, mais especificamente na educação infantil. Por isso, passamos a discutir o jogo, brinquedo e a brincadeira no âmbito da

escola.

O jogo, brinquedo e a brincadeira estão presentes na escola nas mais variadas situações e sob as mais diversas formas. Também são diversas as concepções sobre o lugar e a importância dessas atividades na prática pedagógica. Fontana e Cruz (1997) apresentam três concepções distintas que frequentemente são encontradas nas escolas. Uma concepção é aquela que pode ser traduzida na frase exposta pelas autoras “criança vai à escola para aprender, e não para se divertir” (p. 119). Conforme essa concepção, jogo, brinquedo e brincadeira somente podem ser permitidos na hora do recreio, de fato, isso que colocamos em debate a discussão desse trabalho.

Outra concepção é a de que a criança tem necessidade natural de brincar, porém, na escola, é preciso separar brincadeiras e “tarefas sérias”. Portanto, o tempo destinado para jogos e brincadeiras é determinado pela idade das crianças, pela série em que se encontram, ou ainda pelo andamento da programação pedagógica. Há uma terceira concepção, que pode ser traduzida em métodos educacionais que valorizam a brincadeira e buscam evitar distinção rígida entre jogo e “tarefas sérias”.

Nesse caso, os jogos e brincadeiras das crianças podem ser introduzidos como recursos didáticos importantes no horário do recreio, pois “brincando a criança aprende”. Todavia, é importante fazer algumas considerações em torno dos jogos, das brincadeiras e dos brinquedos, como recursos didático-pedagógicos.

Certamente o brincar na escola não deve ser o mesmo que brincar em casa ou na rua, pelo menos quando não se trata do brincar na hora do recreio, pois o cotidiano escolar tem características e funções que a definem enquanto instituição formadora, responsável pela socialização do conhecimento historicamente produzido. Esse objetivo da escola faz com que, na maioria dos casos, o professor se defronte com as dificuldades de conciliá-lo com o jogo e a brincadeira. Por isso, o jogo e a brincadeira são negados ou vinculados somente a objetivos didáticos, privilegiando-se assim a atividade cognitiva. No entanto, sabemos que seu caráter lúdico também deve ser valorizado.

Assim, a utilização de jogos e brincadeiras, na Educação Infantil, é de grande importância, pois se tratam de elementos cujos conteúdos trabalhados, são relevantes para o desenvolvimento do raciocínio da criança. Por este motivo, torna-

se necessário que a escola propicie condições adequadas aos alunos desde os anos iniciais, que os permitam a interagir entre si, de forma lúdica e atrativa para o universo infantil.

Na atualidade, a educação precisa ter um olhar voltado para os novos modelos de ensino e aprendizagem, que são baseados nas características particulares das potencialidades e conhecimentos individuais dos alunos. Buscando se distanciar do modelo tradicional e positivista da educação, onde o professor é o único agente de propagação da informação, e que a ciência se torna a única responsável por dar sentido à vida dos indivíduos (SCHETTINI FILHO, 2010).

A utilização de jogos didáticos para o ensino é importante para a construção de diversas habilidades cognitivas, psicológicas e emocionais, visto que incentiva que os sujeitos exercitem a concentração, a memória, a agilidade, bem como, desenvolvam o respeito pelas regras, pelos outros participantes, ao mesmo tempo em que desfrutam de um momento de prazer e relaxamento, ao divertir-se com a interação e desafio proporcionados pelo jogo.

Tais elementos cujos conteúdos são trabalhados nos jogos e brincadeiras são relevantes para o desenvolvimento do raciocínio da criança. Por este motivo, torna-se necessário que a escola propicie condições adequadas aos alunos desde os anos iniciais, que permitam que estes consigam interagir entre si, de forma lúdica e atrativa para o universo infantil.

Assim como os jogos, a brincadeira é cada vez mais entendida como uma “atividade que, além de promover o desenvolvimento global das crianças, incentiva a interação entre os pares, a resolução construtiva de conflitos, a formação de um cidadão crítico e reflexivo” (Vygotsky, 1987)”. A função das brincadeiras no universo infantil é ampla e atinge diversos âmbitos, possibilitando o seu desenvolvimento cognitivo e favorecendo a criatividade da criança. Brincar não é apenas passar o tempo, mas uma forma agradável de socialização da criança, e algo que proporciona imenso bem estar. De acordo com Kishimoto (1995),

A brincadeira é uma atividade que a criança começa desde seu nascimento no âmbito familiar e continua com seus pares. Inicialmente, ela não tem objetivo educativo ou de aprendizagem pré-definido. A maioria dos autores afirma que ela é desenvolvida pela criança para seu prazer e recreação, mas também permite a ela interagir com pais, adultos e coetâneos, bem como explorar o meio ambiente.

Deste modo, ao postular a natureza livre do jogo, Wallon o define como uma atividade voluntária da criança. (GALVÃO, 1995) Entretanto vale ressaltar a importância da intencionalidade pedagógica no caso dos jogos didáticos, diferenciando-os da brincadeira espontânea característica das crianças. Esta intencionalidade implica o planejamento do professor, além de conhecer o jogo antes do estudante, antecipando dificuldades e possibilidades que os jogos poderão representar para os educandos.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), coerente com as definições da LDB, reforça que as creches não devem ser simplesmente espaços de cuidados com a criança e que as pré-escolas não se limitem a preparar para a alfabetização. Ao contrário, cuidado e aprendizado devem estar integrados desde o início. E sugere que o trabalho seja articulado em três eixos: a brincadeira, o movimento e as relações afetivas que as crianças desenvolvem.

Para esta pesquisa, retiramos do documento duas contribuições de Campos, em que a autora indica o direito das crianças às brincadeiras e, mais adiante, direito ao movimento em amplos espaços. Em relação ao direito às brincadeiras, Campos (2009) defende a disponibilização dos brinquedos às crianças em todos os momentos, o contato das crianças com brinquedos novos, que estes sejam guardados em locais de livre acesso e de forma organizada com o auxílio das mesmas. As rotinas devem ser flexíveis e que se reservem longos períodos para as brincadeiras livres das crianças.

Sobre os espaços, a autora argumenta que os espaços internos devem ficar arrumados de forma a facilitar as brincadeiras espontâneas e interativas e, os espaços externos sejam utilizados para as brincadeiras. Sugere, ainda, que as crianças maiores fiquem livres para organizar os seus jogos e as meninas fiquem livres para participarem dos jogos.

A autora propõe que os adultos acatem as brincadeiras propostas pelas crianças, proponham outras e participem sempre em conjunto com as crianças e, por fim, que as famílias recebam orientações acerca da importância do lúdico nesta faixa etária (CAMPOS, 2009).

A referida autora ainda discorre sobre o direito das crianças a se movimentarem em locais amplos com possibilidades de correr, pular, saltar em

espaços amplos nas creches ou nas suas proximidades; a explorarem espaços externos ao ar livre desde pequenos; disporem de amplos espaços reservados para dias de chuva para desenvolverem a força, a agilidade e equilíbrio físico.

Segundo Vygotsky (1998), as crianças satisfazem determinadas necessidades no brinquedo e, em idade pré-escolar, elas criam uma espécie de “mundo de brinquedo”, um mundo ilusório e imaginário no qual seus desejos podem ser realizados e no qual, podem vivenciar protegidas pelo faz-de-conta, situações e regras do mundo real. O brincar, portanto, permitiria a construção da visão de realidade das crianças, que produzem, no jogo e na brincadeira, novos significados a objetos e situações, por exemplo.

O brinquedo, portanto, cria na criança uma nova forma de aspiração, relacionando suas vontades a seu papel no jogo e suas regras, fazendo com que suas maiores aquisições emergam intermediadas pelo brinquedo e pela brincadeira. Afinal de contas,

A ação na esfera imaginativa (...), a criação das intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real (...) – tudo aparece no brinquedo, que se constitui, assim, no mais alto nível de desenvolvimento pré-escolar. A criança desenvolve-se, essencialmente, através da atividade de brinquedo (VYGOTSKY, 1998. p. 135).

O jogo é ação lúdica, envolvendo uma situação estruturada pelo próprio tipo de material. As crianças praticam o jogo e a imitação, atividades lúdicas que viabilizam o desenvolvimento da imaginação e da fantasia. Em seu estudo sobre a construção da atividade lúdica na criança, Piaget (1990) analisa as diferentes formas de imitação e do jogo como atividades propulsoras para o desenvolvimento da inteligência.

Segundo o autor, as atividades de imitação e jogo, além de prazerosas e divertidas, são fundamentais no processo de apropriação da realidade por parte da criança. Os jogos simbólicos correspondem a uma estrutura lúdica representativa que ocorre a partir do momento em que a criança é capaz de imaginar, e são denominados de “faz de conta”.

Piaget (1990) denomina de jogo projetado, quando as crianças simbolizam ações através da manipulação de bonecos e de jogo pessoal, aquele em que a criança utiliza o próprio corpo para representar papéis. O jogo de imitação corresponde à atividade lúdica em que a criança finge ser um objeto ou outra pessoa

(bruxo, princesa) imitando com o seu próprio corpo os seus características.

## CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo teve como foco principal apresentar a pesquisa, a metodologia aplicada e os dados obtidos serão discutidos na próxima sessão. Para isso, inicialmente, serão destacados o problema que nos gerou esta pesquisa e os objetivos assumidos.

De modo a atingir os objetivos elencados, esse estudo foi feito numa abordagem qualitativa sobre o brincar na Educação Infantil, a partir do que foi exposto, o presente trabalho buscou responder a seguinte problemática: Como se caracteriza o brincar em uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal do Recife?

Neste tópico serão apresentados o campo de pesquisa, os métodos utilizados e os sujeitos investigados.

Conseqüentemente esse trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, como forma de subsidiar as ideias nele desenvolvidas. Segundo Prestes (2008, p.26), “ a pesquisa bibliográfica é aquela que busca adquirir conhecimentos a partir de informações provenientes de materiais gráficos ou de outras fontes”.

Foram pesquisadas fontes que abordem a temática estudada, como livros, artigos, documentos, de modo a complementar o estudo que foi reforçado com a pesquisa documental. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativo é importante para análise de magnitude de fenômenos. O uso desse método tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática que costuma apresentar como um de seus principais objetivos a interpretação do fenômeno que observa, levando em conta o contexto do objeto pesquisado. Minayo (1994), afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa – nas ciências sociais – com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atividades, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, pág 21-22)

Ainda segundo Minayo (1994), o pesquisador deve estar bastante atento à

complexidade da metodologia, pois esta é uma parte crucial para a construção do trabalho de pesquisa. Construímos para a realização dessa monografia um dispositivo analítico que se inspirou nas proposições da análise de conteúdo de Bardin (2004).

A técnica escolhida para o recolhimento de informações foi à entrevista composta por questões abertas. Entrevista é a ação e efeito de entrevistar ou ser entrevistado. Trata-se de uma conversa entre duas uma ou mais pessoas tendo como foco na obtenção de informações e com um fim determinado. (Minayo, 2000, p.135).

Apresenta-se a seguir a descrição da metodologia utilizada neste trabalho com o objetivo de expor os caminhos que foram percorridos não só no levantamento dos dados do estudo como também na forma de fazê-lo. Os dados pesquisados, segundo o método adotado, articularam ao referencial teórico, pretendendo dar algumas explicações com o intuito de responder o problema a ser pesquisado.

Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico. É através da metodologia que conseguimos além da fase exploratória do campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios para amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados (MINAYO, 1994, pág. 43).

Considerando esta pesquisa como um estudo de natureza qualitativa, procuramos construir uma técnica metodológica que melhor abrangesse nosso objeto de pesquisa, optando pela entrevistas semiestruturadas que, associados à observação direta, foram analisadas à luz da análise de conteúdo de Bardin (Cf. BARDIN, 2004). Dessa forma esse tipo de método foi o melhor que se adequou aos objetivos da pesquisa, já que a mesma buscou estudar como se caracteriza o brincar em uma escola de Educação Infantil.

Apresentado o problema de pesquisa acima, convencionou-se como objetivo geral: caracterizar o brincar na educação infantil. Como objetivos específicos, buscamos: Identificar a concepção de infância que permeia o brincar na Educação Infantil; Identificar a concepção de brincar presente na proposta da rede municipal do Recife e nos depoimentos das professoras que atuam em diferentes etapas da educação infantil; caracterizar os jogos, brincadeiras, espaços físicos e materiais

utilizados pelas crianças no recreio da turma do grupo IV da Educação Infantil.

Assim, num primeiro momento, nos utilizamos da base de dados da prefeitura do Recife que dispõe de arquivos relacionados aos feitos das gestões e das secretarias existentes. Em um segundo momento, na busca pela relação com a Educação, fizemos o recorte de busca para o banco de dados da Secretaria de Educação do Recife, então utilizamos o documento encontrado como fonte de pesquisa.

Os critérios delimitados na seleção dos documentos a serem analisados foram:

- 1) Estar disponível publicamente pela prefeitura do Recife;
- 2) Estar vigente no período em que esta pesquisa está sendo escrita;
- 3) Abordar em seu conteúdo o ensino para a Educação Infantil. Como técnicas de análise estão nos utilizando de uma aproximação
- 4) À Análise de Conteúdo, que se fundamenta de forma mais efetiva em Bardin (1977) entendida como uma técnica que se apresenta como ferramenta para que possamos lidar com o próprio conteúdo do documento analisado.

### **3.1. Natureza, meios e instrumentos de pesquisa.**

O presente estudo caracteriza-se enquanto pesquisa de natureza qualitativa, que costuma apresentar como um de seus principais objetivos a interpretação do fenômeno que observa, levando em conta o contexto do objeto pesquisado. Minayo (1994), afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa – nas ciências sociais – com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atividades, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, pág 21-22)

Ainda segundo Minayo (1994), o pesquisador deve estar bastante atento à complexidade da metodologia, pois esta é uma parte crucial para a construção do trabalho de pesquisa. Construimos para a realização dessa monografia um

dispositivo analítico que se inspirou nas proposições da análise de conteúdo de Bardin (2004).

Nesse sentido, apresenta-se a seguir a descrição da metodologia utilizada neste trabalho com o objetivo de expor os caminhos que foram percorridos não só no levantamento dos dados do estudo como também na forma de fazê-lo. Os dados pesquisados, segundo o método adotado, articularam ao referencial teórico, pretendendo dar algumas explicações com o intuito de responder o problema a ser pesquisado.

Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico. É através da metodologia que conseguimos além da fase exploratória do campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios para amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados (MINAYO, 1994, pág. 43).

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, o autor Gaskell (2002, p.65) diz que a compreensão na visão dos sujeitos da pesquisa é característica do método qualitativo quando o ensejo é “o fornecimento de uma descrição detalhada de um meio social específico, uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica”.

Geoger Gaskell fornece uma fundamentação teórica e orientação prática para a realização de pesquisas qualitativas, que são caracterizadas como entrevistas semi-estruturadas com apenas um entrevistado (em profundidade) ou um grupo de entrevistados (grupo focal). Gaskell (2002) reflete sobre a entrevista qualitativa, ao dizer o seguinte acerca dela:

[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (p. 65)

Para o procedimento de realização das entrevistas foi utilizado um roteiro de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas demonstraram ser o recurso que melhor se adequou aos objetivos desta pesquisa, sobretudo pela possibilidade que estas fornecem de elaboração prévia de um roteiro que facilitasse

o surgimento dos conteúdos desejados (MINAYO, 1994

Entrevista é uma conversação entre duas ou mais pessoas, neste caso investigador/entrevistador, onde as perguntas são feitas para obter informação do entrevistado, de modo a estas informações ser úteis à investigação.

Tal como refere Ketele (1999, pág.18), a entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e viabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da escolha de informações.

Neste estudo, foi utilizada a entrevista de natureza semiestruturada. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

É semiestruturada, pois é encaminhada por uma série de perguntas guias, relativamente aberta e não muito precisas, que não obedecem necessariamente à ordem que está prevista. O entrevistador desta forma pode reencaminhar a entrevista conforme os seus objetivos quando esta se perder um pouco, colocando perguntas de forma natural e no tempo certo. É o instrumento mais utilizado na investigação qualitativa.

Com isso a entrevista que aconteceu de forma presencial e virtualmente. A entrevista teve um total de 14 perguntas conforme em anexo. Aconteceram no pátio da escola, geralmente entre

### **3.2. Universo pesquisado**

A pesquisa foi realizada em uma turma de Educação Infantil, cuja escola está localizada na cidade do Recife e recebe alunos da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental e dispõe de turmas de Educação de Jovens e Adultos – Supletivo este no horário da noite, sendo duas de educação infantil e cinco do ensino fundamental. A turma em estudo foi grupo IV e tem o quantitativo de doze alunos, com quatro anos de idade.

A razão da escolha desta instituição como campo de pesquisa não se deu de forma aleatória. A opção está relacionada a critérios que achamos pertinentes para a construção deste trabalho e também ao fato da escola ter espaço ambientado para que o brincar aconteça.

### 3.3. Sujeitos pesquisados

Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras que trabalham na etapa da Educação Infantil e no turno da manhã. Para isso, foi desenvolvida a técnica de entrevista com as professoras. A entrevista também foi aplicada a gestora da escola para fins de complementação como meio de estar em contato com as crianças.

E uma gestora que atuam na Educação Infantil em uma escola da rede Municipal de Recife e, indicada a partir de solicitação e autorização da Secretaria Municipal de Educação

Quadro 1- Caracterização dos sujeitos que atuam na escola:

IDADE	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA NA ED. INFANTIL	ATUAÇÃO
30 – 40	LICENCIATURA EM FILOSOFIA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA GRADUAÇÃO PÓS-EM PSICOPEDAGOGIA	10 ANOS	SALA DE AULA
40-50	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PSICOPEDAGOGIA	30 ANOS	SALA DE AULA
40-50	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	23 ANOS	SALA DE AULA

Fonte: O autor (2021)

Conforme se verifica no quadro acima, os sujeitos que compõe a pesquisa apresentam características que se assemelham como a idade, formação e campo de trabalho. Uma das professoras entrevistadas atua na turma do grupo IV da educação infantil e tem formação em licenciatura plena em Pedagogia e Psicopedagogia. Já a outra possui formação em Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia. A idade das profissionais está entre 30 a 50 anos, o grau de escolaridade se assemelha entre graduação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia. Talvez a maior diferença entre elas esteja no tempo de atuação na educação infantil que varia entre 10 a 30 anos.

### 3.4. Metodologia de análise

Para análise das entrevistas utilizou-se como referencial a Análise de Conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, buscando obter indicadores que permitam tirar conclusões referentes aos conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens advindas do ato de se comunicar (Bardin, 1988).

Bardin (2011) indica que a análise de conteúdo já era utilizada desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os livros sagrados, tendo sido sistematizada como método apenas na década de 1920, por Leavell. A definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 1940-1950, com Berelson, auxiliado por Lazarsfeld, mas somente em 1977, foi publicada a obra de Bardin, “Analyse de Contenu”, na qual o método foi configurado nos detalhes que servem de orientação atualmente. Para Bardin (2011) o termo análise de conteúdo designa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, pág. 47).

Após a descrição dos sujeitos, do campo e do material da pesquisa e dos procedimentos metodológicos aqui relatados, no item a seguir apresentaremos os comentários e análises dos dados coletados.



### **CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS**

A seguir serão descritas as etapas das análises empreendidas neste estudo. Apresentando o material coletado a partir das entrevistas realizadas com alguns profissionais da escola.

Buscando evidenciar relatos verbais, aspectos que pareçam relevantes para a discussão das contribuições que o brincar pode proporcionar para o desenvolvimento da criança da Educação Infantil.

Além disso, as entrevistas nos permitiram retrair a construção da pesquisa sob a ótica dos sujeitos participantes, além de nos oportunizar a identificação de dados reveladores sobre os elementos que constituem a concepção de infância e da Educação Infantil.

Para elaborar uma análise mais crítica da relação entre o brincar e a infância, temos como referência a Política de Ensino da rede municipal para a Educação Infantil – Recife, 2015, em vigência, estruturada pelas seguintes partes: 1- Educação Infantil: uma construção histórica e social - Concepções de criança, infâncias e desenvolvimento infantil em diversos contextos históricos e sociais; Marco regulatório da educação Infantil no Brasil; A Educação Infantil na rede Municipal de Ensino do Recife: breve históricos de lutas e conquistas. 2- Política da Rede Municipal do Recife para Educação Infantil: explicitando princípios e concepções: Criança, aprendizagem e desenvolvimento: perspectivas e abordagens; Educar/cuidar: aspectos indissociáveis da ação pedagógica; Ludicidade e interação como eixos norteadores do cotidiano da Educação Infantil; Organização do tempo e do espaço educativos; Profissionais da Educação Infantil e o Processo de Formação Continuada.

Durante o período de investigação a pesquisadora observou que as crianças seguiam uma rotina diária que incluía a hora do lanche, tempo reservado ao parque, ou seja, horário do recreio. A escola campo da pesquisa possuía uma boa estrutura física, a brincadeira acontecia nas áreas abertas. Os espaços frequentados pelas crianças eram basicamente a sala de aula, o ambiente em que o lanche era servido e o parque. O parque era um espaço muito agradável, amplo, com árvores, brinquedos e material para uso pedagógico.

Contudo notamos que embora existisse um ambiente rico direcionado ao

brincar na escola como o pátio, o jardim, o parque, esses espaços não eram devidamente explorados no planejamento como territórios do brincar ou do aprender brincando.

O trabalho desenvolvido pelas professoras estava preso a uma rotina rígida, que, raramente, sofria alterações para não atrapalhar o funcionamento das outras turmas. O recreio era separado. As crianças de uma turma não conviviam com crianças de outras turmas.

Sabendo-se que a base da vida social é a interação, a forma de trabalho desenvolvida vai de encontro ao que Vygotsky (1998) enfatiza. Para ele todo indivíduo adquire seus conhecimentos a partir de relações interpessoais, de troca com o meio e por isto é chamado de ser interativo. Segundo Vygotsky o que parece pessoal na verdade, é resultado da construção da sua relação com outro coletivo que difunde a cultura.

No caso de nossa pesquisa, para a análise dos dados aqui apresentada fizemos as perguntas no espaço e no horário do recreio escolar. Uma das primeiras estratégias em nosso trabalho de campo consistiu no levantamento de documentos que nos revelassem um pouco da história da educação na cidade, conforme já apontamos na metodologia desta pesquisa.

Para a descrição e análise dos dados, foram estabelecidas 3 (três) categorias de análise: CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA; CONCEPÇÃO DO BRINCAR; JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

As respostas para cada categoria foram adquiridas a partir das seguintes questões realizadas na entrevista:

- 1) O que você entende por educação infantil?
- 2) Para você o que é ser criança?
- 3) Qual a importância do envolvimento da criança no processo de aprendizagem?
- 4) Para você, o que é recrear?
- 5) Qual a importância do recreio para a aprendizagem?
- 6) Pra você, qual a diferença entre jogo e brincadeira?
- 7) Qual importância do recreio para que as crianças vivenciem jogos e brincadeiras?
- 8) Que tipo de jogos as crianças brincam no recreio?

9) Que brincadeiras suas crianças brincam no recreio?

10) Você acredita que os espaços físicos da escola são suficientes e adequados para o desenvolvimento de jogos e brincadeiras? Por quê?

11) As crianças costumam utilizar algum tipo de material (pessoal ou coletivo) para jogos e brincadeiras no recreio?

Para compreender a infância, criança e educação infantil sob a concepção das entrevistas, primeiramente precisamos entender o conceito de criança e educação infantil, para assim discutir a concepção dos participantes desta pesquisa à luz da representação definida por Oliveira e dos estudos acerca da infância.

Entende-se então que a infância é um momento que a criança inicia sua construção de identidade.

Segundo Oliveira (2013):

[...]O termo “ Infância” (in-fans ) tem o sentido de “ não-fala”. Pode-se, com base nisso, perguntar: A que período de vida humana eles se referiria? Caso seja aos primeiros meses de vida, quando a criança ainda não adquiriu a língua de seu grupo cultural, é preciso lembrar que, desde o nascimento, já começam a ser construídos sistemas de comunicação entre o bebê e o seu entorno social por meio de choros, sorrisos, gestos, etc. Agora o que vale dizer que a tentativa de se comunicar, ou seja, de falar, é muito precoce. “ Infância” refere-se, então, aos primeiros anos de vida em que, mesmo quando a criança fala sua fala “ Não conta”? Responder a esses questionamentos impeliu-nos a rever a literatura em Pedagogia. [...] (OLIVEIRA, 2013)

Com base no ECA - LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990 DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 2º** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.

A partir disso, perguntamos na categoria Concepção de infância e o brincar na educação infantil a professora A: “O que você entende por educação infantil? O que é ser criança?”

Em entrevista definiu Educação Infantil como uma educação especializada que precisa de certas habilidades a fim de trabalhar histórias e brincadeiras. No entanto, o conceito básico de Educação Infantil segundo A Constituição Federal de

1988 (BRASIL, 1988) é: Compreender que a Educação Infantil é o atendimento a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas. Trata-se de um direito público subjetivo assegurado pela Constituição Federal de 1988.

A Educação Infantil deve se relacionar à economia, cultura, história, política, saúde e meio-ambiente, situando a educação e o cuidado da primeira infância como ponto estratégico para o desenvolvimento humano e social.

Observamos que a professora B, considera na entrevista que a Educação Infantil é uma etapa essencial para a construção da identidade e da subjetividade da criança.

A gestora, em entrevista, afirmou que:

A Educação Infantil é uma modalidade da Educação básica que se encontram crianças de 0 a 5 anos que estão na pré-escola.

O período de 2005 a 2008 legitimou a criação dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI)<sup>2</sup> e amplia o quadro de profissionais com a criação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) (RECIFE, 2005). Desde 2009, o atendimento às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em Instituições de Educação Infantil da RMER vem se configurando com enormes desafios na busca de ações para assegurar o acesso e a permanência de crianças nos espaços educacionais públicos e de qualidade. Nesse contexto, a prioridade passa a ser o investimento na universalização da Educação Infantil na faixa etária de 4 a 5 anos e na ampliação das matrículas em creches visando atender às metas estabelecidas pelo atual Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Assim, em regime de colaboração com o Governo Federal, através do Programa Pró-Infância, que financia a expansão da rede física da Educação Infantil pública, vem-se ampliando as conquistas das crianças recifenses em termos de uma educação de qualidade social, em continuidade ao enfrentamento de desafios que ainda são muitos, no sentido de consolidar a Educação Infantil como direito de todas as crianças (p.24). De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 20/09 (BRASIL)

Com base o que foi mencionado acima A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é o primeiro documento a destacar a Educação Infantil em creches e pré-escolas como um direito da criança. Em seu artigo 250, destaca a educação como direito de todos e dever do estado com a educação na garantia de

atendimento em creche e pré-escola para as crianças de 0 a 6 anos de idade.

As professoras ressaltam a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança, e com base na análise do RMER e também no conceito de Educação Infantil, constata-se que as tem, a partir de suas formações e experiências, consciência da importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança.

Já o Documento (Política de ensino para a educação infantil-RMR, 2015) O período de 2005 a 2008 legitimou a criação dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI 2) e amplia o quadro de profissionais com a criação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) (RECIFE, 2005). Desde 2009, o atendimento às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em Instituições de Educação Infantil da RMER vem se configurando com enormes desafios na busca de ações para assegurar o acesso e a permanência de crianças nos espaços educacionais públicos e de qualidade.

Nesse contexto, a prioridade passa a ser o investimento na universalização da Educação Infantil na faixa etária de 4 a 5 anos e na ampliação das matrículas em creches visando atender às metas estabelecidas pelo atual Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Assim, em regime de colaboração com o Governo Federal para a Prefeitura Municipal de Recife, é do Programa Pró-Infância, que financia a expansão da rede física da Educação Infantil pública.

Dessa forma, vem-se ampliando as conquistas das crianças recifenses?? A citação fala em Recife? em termos de uma educação de qualidade social, em continuidade ao enfrentamento de desafios que ainda são muitos, no sentido de consolidar a Educação Infantil como direito de todas as crianças (p.24).

Quando perguntadas sobre o que é ser criança, a professora "A" disse:

"Ser criança é a, a melhor fase da vida, acho que ser criança é... É aproveitar tudo de bom né?! E tem... e ser criança é, é que você pode é bom quando você pode ser criança né? Tem pais, tem pessoas, tem países que a criança não pode ser criança, não pode viver aquela verdadeira brincadeira, né?! O mundo da imaginação. Da brincadeira."

Já a professora "B", " Ser criança hoje é muito menos assumir um papel pré-estabelecido e funcional e mais direito de ser feliz."

A gestora disse, em sua entrevista, que ser criança é:

Criança é primeira fase do ser humano, do homem. Primeiro vem o bebê, depois vem a criança. É uma etapa muito importante para a formação do indivíduo onde nela vai muitas experiências serão vividas, vivenciadas na qual vai interferir na vida futura dessa pessoa, então... Eu creio que por isso passar de forma saudável e digna para uma criança para que ela possa desenvolver bem positivamente.

Compreende-se que para elas, a fase infantil é um momento único, onde eles devem aproveitar e tem todo direito de serem felizes.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 20/09 (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 2013b, p. 86), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a criança [...] é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas à ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com os adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere.

Assim, cabe, às instituições educacionais, possibilitar condições, para que as interações, relações e práticas cotidianas sejam estruturadas na perspectiva da educação para a cidadania, promovendo a formação participativa e crítica da criança nas diversas situações da sua vida (p.5).

De acordo com as professoras, a Educação Infantil é uma educação especializada que precisa de certas habilidades a fim de trabalhar histórias e brincadeiras. Ambas ressaltam a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança.

Com relação à importância do envolvimento da criança no processo de aprendizagem as professoras informaram:

“Importante demais né?! A criança é a criança sem um pré-escolar, ela não se desenvolve bem para o resto das séries, precisa é fundamental a... o desenvolvimento da criança com o pré-escolar quando ela é trabalhada essa parte de pré-escola é fundamental para o resto do, da vida dela. (PROFESSORA “A”)

Resposta, professora B: “Enfatiza que a educação infantil é etapa de preparação para o ensino fundamental”.

Ambas ressaltam que a educação infantil é a principal etapa para a preparação da criança para o ensino fundamental, pois o envolvimento da criança no

processo de aprendizagem começa na fase pré-escolar.

Já a gestora situa que:

A criança... ela tá totalmente envolvida néh?! Ela é a parte... é... uma das partes envolvidas principal que ela vai construir seu conhecimento através do... do que vai ser propiciado pra ela. Então essa interação entre o professor e os colegas e ...e o ambiente vão favorecer para que ela desenvolva, para que ela construa, para que ela aprenda.

De acordo com o observado em nossa fundamentação podemos ver aqui que todos os nossos entrevistados confirmaram o que observamos na literatura, pois, o brincar favorece o aprendizado, e torna o ser humano apto a viver numa ordem social e num mundo culturalmente simbólico, sendo também o mais completo dos processos educativos, pois influencia o intelecto, o emocional e o corpo da criança. Conforme Cunha (2001, p14) “O Brincar desenvolve as habilidades da criança de forma natural, pois é brincando que se aprende a socializar – se com as outras crianças, desenvolvendo a motricidade, a mente e a criatividade sem cobrança ou medo, mas sim com prazer”.

De acordo com Oliveira e Cruz (2010, p.5) em análise a DNCEI (2009) as experiências vividas no espaço de Educação Infantil têm o dever de possibilitar o encontro de explicações pela criança sobre o que ocorre à sua volta e consigo mesma enquanto desenvolvem formas de sentir, pensar e solucionar problemas.

Para tal situação urge as perguntas sobre as concepções de brincar e sua importância principalmente no momento “recrear”, a professora “a”; Resposta, professora:

“recrear é fazer... é brincar de modo dirigido né?! e as vezes não dirigido, por exemplo: é nós temos brincadeiras no recreio em que eles ficam à vontade. Aqui na nossa escola, o sitio é enorme e eles têm opções para brincar né?! e também muito interessante uma brincadeira dirigida que a gente só faz de vez em quando nas datas comemorativas.”

De acordo, professora “B”:

Brincar é uma atividade lúdica que pode ou não ser dirigida. O recreio é um momento de aprendizagem, pois, brincando também se aprende e também de extravasar as energias sufocadas na sala de aula, ou seja, existe a importância do recreio para a aprendizagem de maneira lúdica e prazerosa do aluno.

No entendimento da gestora:

Brincar é o lúdico neh?! São as brincadeiras, são as diversões, no qual as crianças participam, não é só brincar por brincar, é o lado também educativo neh?! O brincar ele desenvolve vários aspectos como: oralidade, desenvolve o cognitivo, desenvolve a coordenação motora, a fala e vários aspectos, isso é tão importante o faz de conta também é muito importante.

A brincadeira apresenta-se como principal modo de expressão infantil, meio através do qual os pequenos aprendem várias coisas relevantes para o seu desenvolvimento. Em parceria com outras crianças ou adultos, o brincar ocorre em diferentes contextos sociais, ao longo das experiências e interações culturais com a comunidade e com as práticas criadas nas instituições educacionais. Ao brincar, a criança penetra no mundo social adulto. Nesse processo, não o imita meramente, mas “reproduz interpretativamente” as relações que percebe ao seu redor (p.29)

“Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida” (BRASIL, OLIVEIRA & CRUZ, 2010, p. 6).

Acrescenta-se:

O campo de aprendizagens que as crianças podem realizar na Educação Infantil é muito grande. As situações cotidianas criadas nas creches e pré-escolas podem ampliar as possibilidades das crianças viverem a infância e aprender a conviver, brincar e desenvolver projetos em grupo, expressar-se, comunicar-se, criar e reconhecer novas linguagens, ouvir e recontar histórias lidas, ter iniciativa para escolher uma atividade, buscar soluções para problemas e conflitos, ouvir poemas, conversar sobre o crescimento de algumas plantas que são por elas cuidadas, colecionar objetos, participar de brincadeiras de roda, brincar de faz de conta de casinha ou de ir à venda, calcular quantas balas há em uma vasilha para distribuí-las pelas crianças presentes, aprender a arremessar uma bola em um cesto, cuidar de sua higiene e de sua organização pessoal, cuidar dos colegas que necessitam ajuda e do ambiente, compreender suas emoções e sua forma de reagir às situações, construir as primeiras hipóteses, por exemplo, sobre o uso da linguagem escrita, e formular um sentido de si mesmo. (BRASIL, OLIVEIRA – USP – VERA CRUZ, 2010, p. 6)

Sobre a concepção dos jogos, as professoras refere-se que entre jogos e brincadeiras existe uma diferença, por exemplo, o jogo é dirigido, ou seja, é orientado e a brincadeira é livre.

Entende-se que no jogo há uma orientação enquanto que na brincadeira não é exigido. A brincadeira e o jogo são conceitos (distintos) ou (iguais).

Resposta professora A:

“Você pode... na brincadeira existe um jogo e existe a brincadeira fora do jogo né?! Ah! Tem uma grande diferença o jogo ele é dirigido, e a brincadeira geralmente é à vontade, a criança brinca à vontade.”

Resposta professora B:

O jogo possui regras, estrutura e finalidade. Já as brincadeiras, são ações livres em que as crianças ficam entre a realidade e a imaginação.

A gestora entende que a diferença entre o jogo e a brincadeira se dá:

Que brincadeira tá brincando mesmo, né?! É uma coisa mais natural... sem tanto objetivo claro, né?! É... No qual ela tá ali no faz de conta, ela tá brincando de forma natural, já o jogo é... Precisa de algumas regras, precisa de alguns entendimentos do que é para ser feito., tem que ter alguns objetivos claros.

A questão acima referente à definição de jogo, brincadeira, notou – se a valorização dos termos para as educadoras, onde elas definem o jogo como algo importante e que se consiste em regras e finalidades. Enquanto a brincadeira como algo prazerosa, livre e natural.

. Para RMER o que a instituição de Educação Infantil, deve obter organização do trabalho pedagógico para que exista a potencialização da estruturação de situações, tempos, lugares, materiais para interação da criança, como o uso de jogos e também com participações de pessoas de diversas idades, envolvendo-a nos momentos de planejamento, e ouvindo-a e observando-a de maneira atenta, com a devida valorização do lúdico e das culturas infantis e sem atividades mecanizadas que não façam sentido para o (a) estudante.

Portanto, pode-se constatar através das entrevistas que as práticas das professoras requerem mudanças, visto que, necessitam de uma reflexão por parte delas no sentido de estarem adequando-se às reais necessidades e condições educacionais e utilizando-se de práticas para o seu público que são as crianças, para que torne o dia-a-dia dos seus alunos com atrativos como jogos e brincadeiras, visto que durante notou-se que as maiorias das crianças brincam no horário do recreio sem fins pedagógicos.

A décima primeira pergunta busca analisar quais materiais as professoras fornecem aos seus alunos para uso (pessoal ou coletivo) para jogos e brincadeiras. Destacamos as seguintes respostas:

Resposta, professora A: “Bolas né?! a gente tem bolas para eles usarem, eles trazem as meninas as vezes trazem panelinhas essas coisas de casa, bonecas, é... algumas trazem carros também de vez em quando, inclusive ultimamente a gente , eu eu proibir trazer, porque assim , trás aí não brinca sozinho o outro brinca, aí deixa o ... o dono deixa pra lá, aí o outro pega, o outro pega quando ver já quebrou aquele brinquedo, geralmente o que é mais utilizado na nossa escola é a bola.”

Além disso, ao serem questionadas quais jogos e brincadeiras costumam fazer com as crianças disseram:

“aaaah só de bola! de bola, nós temos um parque né?! com escorrego, casinha, é... balanço e também eles ficam muito na areia porque a gente tem areia aqui , só.” ( ProfªB)

“Na Rede Municipal do Recife, trabalhamos jogos do Projeto MindLab (Mente Inovadora), que desenvolvem o raciocínio lógico, a autonomia e a habilidade socio-emocional. Também utilizamos os jogos do Projeto Alfaletando que ajuda no processo de alfabetização e letramento.” ( Profª B)

“ As brincadeiras são diversas, brincadeiras de faz de conta, de carrinho, brincadeira de..de bonecas, brincadeiras de pular , correr, saltar, pega-pega, esconde-esconde. Na hora do recreio elas brincam muito e brincam também se forem da educação infantil elas brincam também e sala de aula. Tem o momento da brincadeira.” ( Gestora)

Conseqüentemente, em diversos espaços, os jogos e brincadeiras possibilitam às crianças a construção do seu próprio conhecimento, pois oferecem condições de vivenciar situações-problemas, a partir do desenvolvimento de jogos planejados e livres que permitam à criança uma vivência no tocante às experiências com a lógica e o raciocínio e permitindo atividades físicas e mentais que favoreçam a sociabilidade e estimulem às reações afetivas, cognitivas, sociais, morais, culturais e linguísticas.

O documento da política de ensino da rede Municipal do Recife traz que o processo educacional demanda atenção específica ao ajuste dos brinquedos, aos interesses e necessidades infantis, não precisando que eles sejam caros ou sofisticados. Muitas vezes, podem ser construídos pelos (as) educadores (as) e

pelas próprias crianças, com materiais diversos, respeitando-se, é claro, as condições de segurança pertinentes a cada faixa etária. É possível ainda ofertar aos(as) estudantes objetos que valorizem os aspectos culturais da região, explorando suas origens, materiais, estéticas e histórias.(p.41)

A partir das entrevistas o que constata é que tanto as professoras quanto a gestora têm conhecimentos acerca da importância do brincar na Educação Infantil. Em contrapartida suas práticas e fala nos mostram que há falta de recursos, projetos e a efetivação das políticas públicas nos espaços educacionais infantis. Analisar os fatores que as professoras determinam como dificuldades é importante para conhecer seus posicionamentos em relação à realidade escolar.

Dessa forma, observou-se que ambas as professoras e a gestora afirmaram que embora o espaço físico destinado ao lazer das crianças seja ótimo, há dificuldades que estão relacionadas a questões de recursos e falta de tempo para dedicar-se à prática do brincar.

Desse modo, consideramos importante a participação dos professores como mediadores no momento em que as crianças estejam brincando ou jogando. Compreendemos a função do professor na instituição de educação infantil, que é de oferecer e apresentar situações diversificadas através do brincar para seus alunos, a fim de promover um desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico. Em virtude dos fatos mencionados acima, pode-se afirmar que a criança é um indivíduo a ser estimulado para desenvolver a criatividade, o raciocínio lógico e diversos aspectos psicomotores, e menciona-se o brincar como um fator importante para esse desenvolvimento.

Por isso, o professor tem a função de proporcionar condições que favoreçam ao aluno a desenvolver o próprio conceito e compreender o seu processo de construção. Para isso, o professor deve utilizar métodos que estimulem o seu raciocínio, seu sistema cognitivo, físico e emocional.

Os professores têm uma função especial de educar e cuidar da criança, necessário que o profissional da área de educação infantil esteja de fato envolvido com a criança para que possa proporcionar ao aluno benefícios do ato de cuidar e educar fazendo o uso de outros espaços educativos.

Na entrevista feita com as professoras, é ressaltada a importância da sua participação como mediador no momento em que as crianças estejam aprendendo

de forma lúdica, com jogos ou brincadeiras, sendo necessária a compreensão que a função do professor na instituição de educação infantil, é de oferecer e apresentar situações diversificadas através do brincar para seus alunos, a fim de promover um desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico cognitivo e emocional de forma lúdica.

Portanto o profissional da educação infantil precisa estar envolvido com o educando, no sentido de saber o que necessita e proporcionar benefícios no momento do ato de cuidar e educar, fazendo com que o aluno em sala de aula e em outros espaços educativos.

Visto que o contato direto com a ludicidade a partir das diversas brincadeiras, o que possibilita a construção de um novo repertório de aprendizagens.

Assim, percebemos que a ludicidade apresenta-se como um dos princípios da Educação Infantil e, acreditamos que este princípio perpassa todo o cotidiano e práticas pedagógicas com as crianças de zero a cinco anos.

A ludicidade é intrínseca ao ser humano. O ato de brincar é a mais pura forma da criança e do adulto se expressar, revelar sentimentos e experimentar o mundo ao seu redor (BRASIL, 2013).

O brincar faz parte da essência da criança, e deve estar presente em sua formação como ser humano. O mesmo contribui de forma participativa nas percepções auditivas e táteis, nas coordenações motoras finas e amplas. A comunicação e as expressões oral e em outras linguagens, o conhecimento do corpo e as noções de tempo, espaço e lateralidade, ou seja, na infância, é um período em que a criança aprende boa parte do seu conhecimento brincando.

Durante a entrevista pode-se destacar as informações das professoras, em suas práticas de ensino, e as mudanças que necessitam de certa reflexão das condições educacionais e utilizando-se de práticas para o seu público que são as crianças, para que torne o dia-a-dia dos seus alunos com atrativos como jogos e brincadeiras,

O Brincar é necessário para o ser humano, como um método usado para desenvolver a lucidez do indivíduo, que podem também desenvolver-se socialmente e culturalmente, construindo novos conhecimentos, sendo assim uma atividade necessária no cotidiano escolar que favorece a autoestima da criança, possibilitando

que a mesma vivencie experiências, o que contribui para o seu desenvolvimento. (RCNEI, 1998).

É importante ressaltar que o brincar de forma voluntária desenvolve integralmente a criança com uma visão positiva, devidamente por proporcionar a ela momentos de prazer, motivacionais, que terminam por favorecer os sistemas cognitivos e emocionais, porque é devidamente brincando que as crianças se esforçam para resolver obstáculos cognitivos e emocionais.

O brincar é considerado uma atividade lúdica que desenvolve na criança diversos aspectos além do cognitivo e emocional, mas também o social, físico, motor.

Para Kishimoto (2010), o brincar, induz a criança a experimentar o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, onde permite também que as pessoas possam compreendê-la,

De acordo com sua forma de se expressar através das variadas linguagens, e do plano imaginário que o mais visto em torno das crianças, enfatiza-se então sua importância que se relaciona com a cultura da infância, como uma forma de se expressar, aprender e se desenvolver.

Assim é necessário permitir que as crianças tenham acesso às brincadeiras com a visão exploratória dos jogos, que possam permitir a organização dos seus próprios jogos, as criações das suas regras e a aprendizagem de habilidades para resolver problemas, permitindo que as crianças exerçam por si a capacidade de criar, com o uso da sua intuição, expressão, e do imaginário, onde a criança sinta-se instigada na sua realização, e a partir da brincadeira desenvolve a sua criatividade e autonomia.

Por ser considerada uma atividade lúdica, o brincar também é uma experiência diferenciada que é vivida na fase da infância, por utilizarem recursos, e material diversificados, que proporcionam descobertas, mais momentos de conhecimento e por possibilitar categorias de experiências agrupadas por modalidades de brincadeiras.

As interações e as brincadeiras são eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil. É por meio delas que as crianças aprendem e se desenvolvem de forma prazerosa. (BRASIL, 2013)

Além disso, as brincadeiras como práticas educativas têm função importante

no modo de expressão infantil, por meio delas os pequenos aprendem várias coisas relevantes para o seu desenvolvimento. Em contato com outras crianças e adultos melhoram suas interações, interpretação social e cultural. Segundo a DCNEI, o brincar, a criança penetra no mundo social adulto.

As entrevistadas apresentam-se como principal modo de expressão infantil, sendo um processo necessário que faz parte da integrante social da formação de identidade do indivíduo.

Dessa forma os professores pedagogos devem propor e acatarem as brincadeiras como forma de ensino, tendo o entendimento da RCNEI ao explicar que o brincar é uma atividade muito significativa para o desenvolvimento da criança, por permitir que a criança desenvolva e conheça novas experiências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtudes dos fatos mencionados acima, pode-se afirmar que a criança é um indivíduo a ser estimulado para desenvolver a criatividade, o raciocínio lógico e diversos aspectos psicomotores, e menciona-se o brincar como um fato importante para esse desenvolvimento. Por isso o professor tem a função de proporcionar condições que favoreçam ao aluno a desenvolver o próprio conceito e compreender o seu processo de construção, para isso o professor deve utilizar métodos que estimulem o seu raciocínio, seu sistema cognitivo, físico e emocional.

Os professores têm uma função especial de educar e cuidar da criança, por isso é necessário que o profissional da área de educação infantil esteja de fato envolvido com a criança para que possa proporcionar ao aluno benefícios do ato de cuidar e educar.

Na entrevista feita com as professoras, é ressaltado a importância da sua participação como mediador no momento em que as crianças estejam aprendendo de forma lúdica, com jogos ou brincadeiras.

Podemos perceber que as educadoras têm a partir de suas formações e experiências, consciência da importância dos jogos e brincadeiras no âmbito escolar e no processo de aprendizagem da Educação Infantil – relatando, em seus discursos, estar a brincadeira e o brincar presentes em suas práticas escolares cotidianas. Porém ao observarmos suas práticas, sentimos, de um modo geral, a ausência de jogos brincadeiras como protagonistas do processo educativo, vindo, em alguns poucos momentos, apenas em segundo plano, no horário do recreio.

Destaca-se a compreensão que a função do professor na instituição de educação infantil, é de oferecer e apresentar situações diversificadas através do brincar para seus alunos, a fim de promover um desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico cognitivo e emocional de forma lúdica.

Portanto o profissional da educação infantil precisa estar envolvido com o educando, para conseguir distinguir a necessidade e poder proporcionar benefícios no momento do ato de cuidar e educar.

Para não cairmos em equívocos e para que possamos construir espaços adequados para estimular brincadeiras, nós, profissionais da educação infantil, devemos proporcionar às crianças, locais apropriados, com diferentes tipos de

brinquedos dispostos de maneira acessível, além de oferecermos “informações sobre diferentes formas de utilização dos brinquedos, contribuindo para a ampliação do referencial infantil” (KISHIMOTO, 2003, p. 20).

Outro papel importante do educador é fazer com que o aluno em sala de aula e em outros espaços educativos, o contato direto com a ludicidade a partir das diversas brincadeiras, o que possibilita a construção de um novo repertório de aprendizagens.

A ludicidade apresenta-se como um dos princípios da Educação Infantil e, acreditamos que este princípio perpassa todo o cotidiano e práticas pedagógicas com as crianças de zero a cinco anos.

A ludicidade é intrínseca ao ser humano. O ato de brincar é a mais pura forma de a criança e de o adulto se expressar, revelar sentimentos e experimentar o mundo ao seu redor. (BRASIL, 2013)

O brincar faz parte da essência da criança, e deve está presente em sua formação como ser humano e, onde o mesmo contribui de forma participativa nas percepções auditivas e táteis, nas coordenações motoras fina e ampla, a comunicação e as expressões oral e em outras linguagens, o conhecimento do corpo e as noções de tempo, espaço e lateralidade, ou seja, na infância, é um período em que a criança aprende boa parte do seu conhecimento brincando.

Conclui-se que utilizar o brincar como métodos de ensino que visam mudanças, no qual necessitam de uma certa reflexão das condições educacionais e utilizando-se de práticas para o seu público que são as crianças, para que torne o dia-a-dia dos seus alunos com atrativos como jogos e brincadeiras.

O Brincar é necessário para o ser humano, como um método usado para desenvolver a lucidez do indivíduo, que podem também desenvolver-se socialmente e culturalmente, construindo novos conhecimentos, sendo assim uma atividade necessária no cotidiano escolar que favorece a autoestima da criança, possibilitando que a mesma vivencie experiências, o que contribui para o seu desenvolvimento. (RCENI, 1998)

É importante ressaltar que o brincar de forma voluntária desenvolve integralmente a criança com uma visão positiva, devidamente por proporcionar a ela momentos de prazer, motivacionais, que terminam por favorecer os sistemas cognitivos e emocionais, porque é devidamente brincando que as crianças se

esforçam para resolver obstáculos cognitivos e emocionais.

O brincar é considerado uma atividade lúdica que desenvolve na criança diversos aspectos além do cognitivo e emocional, mas também o social, físico, motor.

Para Kishimoto (2010), o brincar, induz a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, onde permite também que as pessoas possam compreendê-la.

De acordo com sua forma de se expressar através das variadas linguagens, e do plano imaginário que o mais visto em torno das crianças, enfatiza-se então sua importância que se relaciona com a cultura da infância, como uma forma de se expressar, aprender e se desenvolver.

É necessário permitir que as crianças tenham acesso às brincadeiras com a visão exploratória dos jogos, que possam permitir a organização dos seus próprios jogos, as criações das suas regras e a aprendizagem de habilidades para resolver problemas, permitindo que as crianças exerçam por si a capacidade de criar, com o uso da sua intuição, expressão, e do imaginário.

Por ser considerada uma atividade lúdica, o brincar também é uma experiência diferenciada que é vivida na fase da infância, por utilizarem recursos, e material diversificados, que proporcionam descobertas, mais momentos de conhecimento e por possibilitar categorias de experiências agrupadas por modalidades de brincadeiras.

As interações e as brincadeiras são eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil. É por meio delas que as crianças aprendem e se desenvolvem de forma prazerosa. (BRASIL, 2013)

Além disso, as brincadeiras como práticas educativas têm função importante no modo de expressão infantil, por meio delas os pequenos aprendem várias coisas relevantes para o seu desenvolvimento. Em contato com outras crianças e adultos melhoram suas interações, interpretação social e cultural. Segundo a DCNEI, o brincar, a criança penetra no mundo social adulto.

Também segundo conclusão das professoras entrevistadas apresenta-se como principal modo de expressão infantil, sendo um processo necessário que faz parte da integrante social da formação de identidade do indivíduo.

Então se conclui que os professores pedagogos devem propor e acatarem as

brincadeiras como forma de ensino, tendo o entendimento da RCNEI ao explicar que o brincar é uma atividade muito significativa para o desenvolvimento da criança, por permitir que a criança desenvolva e conheça novas experiências.

Pretendemos, com os resultados dos estudos de casos aqui realizados, contribuir no debate e reflexão acerca das práticas educativas para a Educação Infantil e suas implicações no cotidiano escolar. Essas práticas devem estar baseadas nos jogos e brincadeiras como elemento de interação social e facilitador da aprendizagem, promovendo a criatividade nos educandos através de um processo que, além de educativo, seja também prazeroso.

Apesar dos resultados obtidos, estes dados não podem ser considerados conclusivos. Há necessidade de outras pesquisas que visem aprofundar a temática em questão, no sentido de ampliar o conhecimento o que, por consequência, oportunize o trabalho pedagógico no universo educacional pesquisado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/ 1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998

\_\_\_\_\_. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? **Portal Mec**. Por: **OLIVEIRA, Z. M. R. CRUZ, ISE V. E. USP**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/>> Acesso em: 12 Jan 2021 .

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. **Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: Acesso em: 12 Jan. 2021

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC: SEF, 1997. V. 9.

\_\_\_\_\_. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF: MEC: SEF, 1998

Barros, R., Silver, E., Stein, R. (2009). **School recess and group classroom Behavior. Pediatrics**, 123 (2), 431- 436.

BROUGÉRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, M. M, ROSEMBERG, F (orgs.). **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CORSARO, W. A. **Reprodução interpretativa e cultura de pares**. In: MULLER, F.; CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Tradução Lia Gabriele Regius Reis. Revisão técnica Maria Letícia B. P. Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 31-50.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedo, linguagem e alfabetização**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 127.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedoteca um mergulho no Brincar** 3. Ed. São Paulo; Vetor 2001.

FANTACHOLI, F. das N. **O brincar na educação infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras – um olhar psicopedagógico**. Rev. Cient. APRENDER, 2011. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br> Acesso: 15/09/2020

FRIEDMANN, A. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão**. Ed. São Paulo: Moderna, 2012. (pp.54-55).

FONTANA, R.; CRUZ. M.N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

GALVÃO, Isabel. Henri Wallon: **uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp.64-89). Petrópolis: Vozes.

Ketele, J. M., Roegiers, X. (1999). **Metodologia da recolha de dados: Fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos**. Lisboa: Instituto Piaget.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo : Cortez, 2011.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. V. 2, 2010.

KISHIMOTO, T.M. **O jogo na educação infantil**. In KISHIMOTO, T.M (ORG). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 7ª edição. São Paulo: Cortez. 2003.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ludicidade e atividades lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. Disponível In: [www.luckesi.com.br](http://www.luckesi.com.br). Acesso em: Novembro 2020.

LUCKESI, Cipriano. **Estados de consciência e atividades lúdicas**. In: PORTO, Bernadete. Educação e ludicidade. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004, pp. 11-20.

LUZ, Iza Rodrigues da. **Contribuições da sociologia da infância à Educação Infantil**. Universidade Federal de Minas Gerais – Laboratório de Psicologia da Educação. Belo Horizonte: 2002.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos. Docência em formação**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: Fundamentos e métodos. (Coleção docência em formação, série Educação Infantil), São Paulo-SP. Cortez, 2013.

Oliveira, Z. R. (2002). **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, .

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho: imagem e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

PRESTES, M.L.M. **A pesquisa e a construção científica: do planejamento aos textos da academia**. São Paulo: Rêpel, 2008

RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Educação Infantil da Rede Municipal do Recife** / organização: Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador**. 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. – Recife: Secretaria de Educação, 2015

SCHETTINI FILHO, Luiz. **Pedagogia da ternura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

VELASCO, Cacilda Gonçalves. **Brincar o despertar psicomotor**. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1996.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975